

**UM PCP MAIS FORTE,
UMA REGIÃO COM FUTURO!**



ASSEMBLEIA

DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO ALGARVE



FARO.15 DEZEMBRO 2018
ESCOLA SECUNDÁRIA JOÃO DE DEUS

**Resolução Política da
IX Assembleia da Organização Regional do Algarve**

Índice

1	Nota de abertura	3
1.1	Quadro Internacional.....	3
1.2	Quadro nacional.....	4
1.3	Evolução da situação económica e social da região.....	5
1.4	Agricultura e silvicultura	9
1.5	Pescas	13
1.6	Indústria	16
1.7	Comércio.....	18
1.8	Micro, Pequenas e Médias Empresas.....	19
1.9	Turismo	20
1.10	Ambiente.....	23
1.11	Habitação.....	25
1.12	Transportes	27
1.13	Saúde.....	30
1.14	Educação.....	35
1.15	Cultura e património.....	40
1.16	Justiça.....	43
1.17	Poder Local.....	45
1.18	Regionalização e desenvolvimento regional	47
2	Luta, organizações e movimentos de massas	49
2.1.	A luta dos trabalhadores	49
2.2	Papel e intervenção do Movimento Sindical Unitário (MSU).....	51
2.3	A luta e as organizações de mulheres	52
2.4	A luta e as organizações de reformados	53
2.5	A luta e as organizações de juventude.....	54
2.6	Movimento Associativo Popular	55
2.7	A luta e as organizações de agricultores.....	57
2.8	A luta das populações em defesa dos serviços públicos	57
2.9	A luta pela paz, pela liberdade e pela democracia	58
2.10	Batalhas e resultados eleitorais	59
3	O Partido	62
3.1	Trabalho de direcção e quadros.....	62
3.2	Breve balanço da actividade	63
3.3	Organização e quadro partidário.....	65
3.4	Iniciativa política, acção partidária e ligação às massas	68
3.5	Informação e Propaganda.....	69
3.6	Meios financeiros e património	70
3.7	Festa do Avante!	71
3.8	Principais tarefas e objectivos orgânicos a desenvolver	72
4	Aos trabalhadores e populações do Algarve	77

1 Nota de abertura

Ao longo dos últimos anos o Partido foi chamado a responder a um intenso e diversificado conjunto de tarefas na região do Algarve, indissociáveis da luta pela concretização de uma política alternativa, uma política patriótica e de esquerda, que por sua vez se insere na luta pela Democracia e pelo Socialismo.

Passaram quatro anos desde a realização da última Assembleia de Organização. Um período no qual foi fundamental responder ao Pacto de Agressão subscrito por PS, PSD e CDS, mas também às exigências impostas pelo quadro político nacional resultante das últimas eleições legislativas, à dinamização da luta pela reposição, defesa e conquista de direitos, à intervenção nas empresas e locais de trabalho, ao trabalho local e à preparação das eleições autárquicas, à iniciativa política e ideológica com destaque para as comemorações do Centenário da Revolução de Outubro e do II Centenário do nascimento de Karl Marx e a Festa do Avante!. Toda esta dinâmica revelou potencialidades do Partido para crescer e avançar, tal como tornou mais evidente a necessidade de intensificar as medidas de reforço da organização, designadamente, o conjunto de orientações e medidas aprovadas no XX Congresso do PCP, realizado há dois anos.

A 9ª Assembleia da Organização Regional do Algarve do PCP tem como objectivo fazer uma avaliação da situação política, económica e social da região, da organização e intervenção do Partido, bem como eleger uma nova Direcção Regional e apontar as tarefas que, em diversos planos, se colocam ao Partido e aos seus militantes no Algarve.

1.1 Quadro Internacional

A situação internacional é marcada por uma grande instabilidade e incerteza, pelo acumular de perigos decorrentes da ofensiva exploradora e agressiva do imperialismo, em particular dos EUA, e por um processo de reorganização de forças, potenciando, de forma crescente, o confronto das principais potências imperialistas mundiais com povos e países que afirmem a sua soberania, independência e direito ao desenvolvimento.

A ofensiva do imperialismo norte-americano, acompanhada, não sem contradições, pelos seus aliados, a sua clara opção pelo militarismo, desestabilização, ingerência, chantagem nuclear e guerra são indissociáveis do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo. No plano da economia capitalista, apesar de uma limitada recuperação da crise

económica e financeira despoletada em 2007/2008, persistem as mesmas políticas de acumulação e especulação que poderão conduzir a economia mundial a um novo pico de crise.

No entanto, se hoje são alarmantes vários perigos e ameaças, entre eles a deriva reaccionária e fascizante, tal cenário não apaga a luta desenvolvida pelos trabalhadores e pelos povos em defesa de melhores condições de vida, da liberdade, da democracia, da paz, do direito à independência e soberania. Tal como não apaga o papel insubstituível dos partidos comunistas e da convergência dos democratas e patriotas na luta contra o imperialismo e por profundas transformações de carácter progressista e revolucionário.

1.2 Quadro nacional

A situação económica e social do País continua marcada pelas consequências de décadas de política de direita, particularmente agravadas com o Pacto de Agressão subscrito por PS, PSD e CDS e aplicado pelo Governo PSD/CDS. A destruição de direitos e condições de vida do povo português, a abdicação da soberania nacional e o desrespeito pela Constituição da República, o fortalecimento do poder do capital monopolista, acompanhado de uma intensa ofensiva político-ideológica, visando a aceitação do retrocesso civilizacional, continuam a reflectir-se negativamente na situação actual e a condicionar a evolução futura.

Portugal continua a padecer de problemas estruturais profundos. A política de direita agravou dependências, destruiu capacidade produtiva, enfraqueceu organismos e serviços do Estado, fragilizou o País em múltiplas dimensões. São estes problemas decorrentes e agravados pelo domínio dos monopólios sobre sectores estratégicos da economia, com um aparelho de Estado moldado aos seus interesses e um país amarrado a imposições supranacionais, nomeadamente ao Euro, à União Europeia e à sua estratégia de exploração e acumulação capitalista.

Três anos da nova fase da vida política nacional, resultante da derrota do Governo PSD/CDS, em Outubro de 2015, mostram que o caminho capaz de assegurar o crescimento económico e o progresso social é o da defesa e conquista de direitos, da elevação de salários e pensões, da reposição de outros rendimentos e remunerações dos trabalhadores e do povo. Os avanços e conquistas alcançados neste período, ainda que insuficientes e limitados, são inseparáveis da contribuição e da luta decisivas do PCP.

Avanços e conquistas que nenhum governo maioritário do PS concretizou ou concretizaria.

A evolução da situação política, económica e social comprova o que o PCP tem afirmado: o desenvolvimento do País, com o que deve representar para a elevação das condições de vida dos trabalhadores e do povo, é inseparável de uma política que enfrente e rompa com os interesses do grande capital e o seu domínio monopolista, e liberte Portugal da submissão à União Europeia e ao Euro, exigências indispensáveis à recuperação da soberania e independência nacionais.

Nem a região nem o País estão condenados à política de direita que promove a exploração, o empobrecimento, o desemprego, o endividamento, as injustiças sociais, a corrupção, a predação e destruição dos recursos naturais.

A ruptura com a política de direita e a concretização de uma política alternativa, patriótica e de esquerda são um desígnio central na evolução política do país. O PCP apresenta-se como força portadora dessa alternativa política, capaz de mobilizar todos os democratas e patriotas que aspiram a um Portugal mais justo e com futuro. A concretização desse objectivo, no qual o Partido está empenhado, reclama o reforço da sua organização e influência, bem como a intensificação da luta de massas.

1.3 Evolução da situação económica e social da região

A evolução da situação económica e social na região, inseparável da política de direita que tem sido imposta ao país, é também o resultado de um modelo económico e social imposto para o Algarve nas últimas décadas. Nele têm-se evidenciado o descaso deliberado com sectores produtivos e a crescente dependência do turismo, da especulação imobiliária e dos grandes negócios de rápido e volumoso retorno. Esta política já mostrou a sua profunda vulnerabilidade perante o desenvolvimento da crise e teve consequências devastadoras nos quatro anos do Governo PSD/CDS.

Não é o território, mas as opções políticas que determinam as profundas injustiças, desigualdades e contradições que marcam a região do Algarve. Contradições entre os interesses do grande capital e uma massa imensa de trabalhadores, entre os grupos monopolistas e os milhares de Pequenos e Microempresários (PME) existentes na região, entre um litoral voltado para o turismo e um interior algarvio cada vez mais desertificado.

O desprezo pelas potencialidades e capacidades produtivas da região e a sua submissão aos interesses dos grupos económicos não interessa às populações nem aos trabalhadores do Algarve e é, simultaneamente, um factor de atraso do país.

1.3.1 Seguindo uma perda continuada de **população** a nível nacional, entre 2011 e 2017, o número de residentes em Portugal diminuiu 2,4% (-251.371 residentes). A região do Algarve, neste mesmo período, viu reduzida a sua população em 1,5% (-6.523 residentes), fixando-se, no final de 2017, em **439.617 habitantes**. Se a esta tendência não é alheia a emigração de milhares de algarvios, importa sublinhar que o definhamento demográfico da região foi parcialmente interrompido nos últimos três anos.

A análise da evolução em volume do **PIB regionalizado**, disponibilizada pelo INE até 2016, permite-nos confirmar que a região do Algarve é no país aquela onde mais se fez sentir o impacto da crise económica e financeira, iniciada no 2º semestre de 2007. Entre 2008 e 2013, a região viu diminuir o PIB regional em 13,6%, enquanto o PIB nacional caiu 7,7%. Em contrapartida, também é verdade que, logo que a nossa economia começou a crescer, o Algarve também foi a região que cresceu a um ritmo mais elevado. Entre 2014 e 2016, enquanto o PIB nacional cresceu 4,3%, o PIB algarvio cresceu 9,1%. Tão grandes disparidades nos ritmos de crescimento encontram justificação no facto de um dos principais motores do nosso crescimento económico ter sido, nos últimos anos, o sector do turismo que, na região do Algarve, absorve grande parte da actividade económica.

Inseparável da profunda recessão económica que a região viveu entre 2011 e 2014 é a quebra vertiginosa do poder de compra regional. Apesar do crescimento económico registado desde 2014, ele era, em 2016, ainda consideravelmente inferior ao de 2007: menos 5,4 pontos percentuais do PIB *per capita* em paridade de poder de compra - PPS comparativamente com a média da UE 28.

1.3.2 Em consequência da crise profunda em que o Algarve esteve mergulhado entre 2008 e 2013 foram **destruídos milhares de empresas e de postos de trabalho** (menos 12.957 empresas entre 2008 e 2013 e menos 40.400 postos de trabalho). Estes valores não incluem naturalmente o trabalho ilegal, clandestino ou não declarado que continua a marcar profundamente a região, cuja economia informal cresceu de forma directamente proporcional ao aprofundamento da crise. Neste período, regista-se no Algarve a maior percentagem de encerramentos de empresas e destruição de empregos comparativamente a outras regiões do país, à qual se somou a maior quebra a nível nacional no volume de negócios das empresas (-18,5%). Com a retoma económica, a partir de 2014, aumentou o número de empresas e postos de trabalho. Mesmo assim, o número de empresas e de trabalhadores, em 2016, era ainda inferior ao de 2008: menos 1.496 empresas e menos 19.400 postos de trabalho.

Da análise da evolução da população empregada por actividade principal, feita a partir dos inquéritos trimestrais ao emprego, constata-se que a grande destruição do emprego no Algarve, entre 2008 e 2017, se deu fundamentalmente no sector da construção civil: este perdeu 55,7% do emprego (menos 17.700 postos de trabalho), seguido pela indústria transformadora, que perdeu 40,1% do emprego (menos 4.000 postos de trabalho). Em contrapartida, nos últimos nove anos, a região algarvia acentuou a sua dependência em relação à actividade turística, com mais 23,1% de emprego (mais 7.700 postos de trabalho), empregando hoje directamente 41.100 trabalhadores no Algarve e sendo o principal empregador da região, com 19,4% do emprego.

No mesmo período recessivo, as alterações no tecido produtivo da região algarvia fizeram com que o sector agrícola, incluindo a produção animal, a caça e a floresta, empregue hoje mais trabalhadores (12.000) do que a indústria transformadora (5.800) e quase tantos como o sector da construção (14.100). O sector primário, que inclui a agricultura, a pesca e aquicultura, é hoje, em termos de emprego, o segundo sector produtivo da região do Algarve, superando a indústria transformadora e aproximando-se do sector da construção. Nove anos após o início da crise económica e financeira e cinco anos depois do início da retoma económica na região do Algarve, podemos afirmar que esta região está hoje muito mais dependente do turismo e de outras actividades não produtivas do que antes. Note-se que, em 2008, as actividades produtivas ainda absorviam 27,8% do emprego, enquanto agora essa percentagem é apenas de 15,1%.

As alterações registadas na população empregada por actividade principal nos últimos anos induziram naturalmente alterações nas principais profissões da região. A maior

queda regista-se no número de trabalhadores da indústria e da construção, ao mesmo tempo que aumenta o número de trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores (mais 9.600, contabilizando um total de 55.600 empregos 26,3% do total de empregos, seguido da de trabalhadores não qualificados (15,3%).

1.3.3 A profunda recessão, em que esteve mergulhado o Algarve entre 2008 e 2013, fez com que a taxa de **desemprego**, mesmo em sentido restrito, tenha atingido 17,1% em 2013, com mais de 38.100 trabalhadores desempregados na região. Desde 2007 a taxa de desemprego cresceu aqui 2,6 vezes, o maior crescimento das cinco regiões do Continente (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve). Em termos de desemprego real, na região do Algarve, em 2013, a taxa foi de 25%, o que correspondeu a 55.575 desempregados. Com a retoma económica iniciada em 2014, a região conheceu a maior queda da taxa de desemprego das diferentes regiões do país (a taxa de desemprego caiu para 7,7%, em 2017). Esta queda, associada ao forte ritmo de crescimento do sector do turismo, foi, no entanto, acompanhada pela criação de emprego em grande parte precário e mal remunerado. Em 2017, enquanto a nível nacional o trabalho precário representava cerca de 22% do total do trabalho por conta de outrem, na região do Algarve essa percentagem era de 30%.

A recessão económica, acompanhada por políticas de redução de salários e direitos dos trabalhadores e do povo prosseguidas por sucessivos governos e aprofundadas pelos Planos de Estabilidade e Crescimento (PECs) e pelo Pacto de Agressão assinado com a Troika em Maio de 2011, teve um impacto extremamente negativo na situação social da região: salários a caírem em termos nominais nesses anos, o subsídio de desemprego a não acompanhar o crescimento do desemprego e cortes nos apoios sociais, nomeadamente no complemento solidário para idosos, no rendimento social de inserção e no abono de família.

O processo de **precarização das relações laborais e de agravamento da exploração** que a política de direita promove no país é ampliado no Algarve pelas características do seu tecido económico, cuja actividade sazonal, ligada directa e indirectamente ao turismo, tem grande impacto na natureza dos vínculos laborais. Apesar de a informação estatística não traduzir a realidade em toda a sua extensão, a verdade é que se acentuou o número de trabalhadores que oscilam entre o desemprego e contratos de trabalho de natureza precária ou que são contratados por via de empresas de trabalho temporário. Cresceu o número de contratos de trabalho de curta ou muito curta duração, assim como a utilização

intensiva de estagiários pagos pela Segurança Social e que ocupam postos de trabalho permanentes em particular no comércio e hotelaria.

Mais do que em qualquer outra região do país, o período que vai de Outubro a Junho constitui, para largos milhares de trabalhadores, um longo período de desemprego, em muitos casos sem qualquer tipo de rendimento.

1.3.4 De acordo com o inquérito aos ganhos e à duração do trabalho, realizado pelo Ministério da Economia, entre 2010 e 2016, o ganho médio bruto mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo na região do Algarve passou de 974,00€, em Outubro de 2010, para 1046,72€, em Outubro de 2016. Uma subida nominal de 73 euros, somada à inflação de 9,2% registada nesse período, fez com que o ganho médio bruto salarial mensal tenha caído neste período, em termos reais, 1,6% (menos 13 euros por mês). Estes números não traduzem com rigor a redução do valor real dos salários, na medida em que não incorporam outros rendimentos dos trabalhadores, nem o alargamento da jornada de trabalho e o número de horas de trabalho não pago. Sendo um valor médio, encobre uma larguíssima camada de trabalhadores cujos rendimentos se fixam no Salário Mínimo Nacional ou em valores muito próximos.

A situação mais grave no que toca à evolução salarial verificou-se, contudo, no sector do alojamento, restauração e similares que, contrariando a tendência geral da região, registou um maior aumento no emprego. Neste caso, o ganho médio bruto mensal dos trabalhadores por conta de outrem caiu de 948,24€, em Outubro de 2010, para 867,05€, em Outubro de 2016, ou seja, uma queda nominal de 81€ por mês, que em termos reais atinge os 168€ por mês (-17,8%).

As condições de trabalho e o nível remuneratório que predominam no conjunto da actividade turística, com baixos salários, baixas qualificações, precariedade, sazonalidade, etc., contribuem também para um posicionamento do PCP de exigência da diversificação da actividade económica na região.

1.4 Agricultura e silvicultura

Conhecida como uma região de excelência agrícola, devido às suas condições edafoclimáticas, o Algarve, desde o tempo dos romanos, que é terra de cultivo. No entanto, a política de direita das últimas décadas levou ao abandono e desaproveitamento das suas enormes potencialidades agrícolas.

Depois de uma época de visível **destruição e abandono da produção agrícola**, criou-se uma ilusão de que o sector começava a ter melhorias impulsionado por apoios comunitários. Nada mais falso. As políticas que conduziram ao abandono agrícola, à diminuição do grau de auto-aprovisionamento e à desvalorização do potencial das florestas são as mesmas que hoje financiam algum aprovisionamento nacional, por necessidades próprias e sem respeito pelos produtores.

Por outro lado, famílias que viram os seus rendimentos diminuir nos últimos anos “voltam à terra” para poder sobreviver, sem conseguirem retirar daí nova fonte de rendimentos, em consequência das dificuldades de escoamento dos produtos e dos elevados custos de produção. Mantém-se, além disso, a elevada média de idades dos nossos agricultores.

As opções que foram impostas no uso do solo implicaram a passagem de milhares de hectares das melhores terras agrícolas da região para as actividades e empreendimentos turísticos e imobiliárias.

Continua o desmantelamento dos serviços de apoio técnico aos agricultores e aumenta a responsabilidade destes ao nível fiscal e de apresentação obrigatória de existências na pecuária.

O Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural não cumpre as obrigações a que devia dar resposta, remetendo as direcções regionais de agricultura ao mínimo dos serviços.

A desertificação do mundo rural, a par do aumento da dependência alimentar, põe em causa, cada vez mais, a soberania alimentar. Por outro lado, o abandono do cultivo dos solos traz acrescidos riscos de incêndios.

A situação do sector florestal sofreu o impacto da liberalização da plantação de eucalipto, determinada pelo Governo PSD/CDS, com o alargamento da mancha florestal dominada por esta espécie. O grande incêndio florestal que ocorreu na Serra de Monchique, atingindo os concelhos de Monchique, Silves, Portimão e Odemira, e consumindo cerca de 27 mil hectares de floresta, 15 anos depois do último grande incêndio no mesmo local, confirma a existência de uma política errada neste domínio e indissociável da desvalorização do mundo rural e da agricultura familiar, a par de uma política de ataque aos serviços públicos.

O Governo PS não pode persistir numa política demissionária face aos problemas sentidos pelos pequenos e médios agricultores ao nível da produção agroflorestal, do

escoamento dos produtos e dos preços na produção, em benefício da agro-indústria e das grandes multinacionais agroquímicas.

No Algarve predomina – com grande peso na produção nacional – a laranja, a tangerina, a romã, o dióspiro, o abacate, a amêndoa, a alfarroba, o figo, o medronho e a batata-doce.

Actualmente, a par da citricultura, salienta-se o aumento do cultivo de vinha e consequente fabrico de vinho, a produção de mel e o crescimento de explorações hortícolas a céu aberto e em estufas. Mantém-se com algum significado, embora cada vez mais residual, o olival tradicional. **Culturas**, como as framboesas, os mirtilos, os morangos, as limas e o figo-da-índia, começam a ter expressão. No entanto, o reconhecimento do potencial produtivo destas culturas está longe de estar adquirido.

No que diz respeito à pecuária, também os estímulos prometidos à criação de ovinos e caprinos, que interessariam particularmente às zonas serranas, não ganham o reconhecimento e a dimensão pretendidos. Acresce a ausência de um matadouro regional (há mais de uma década), que gerou novos problemas aos criadores, sem que o Governo intervenha no sentido de garantir a sua reabertura ou a construção de um novo.

Os perímetros de rega da região algarvia encontram-se subaproveitados, exigindo obras de modernização e medidas governamentais de apoio à sua plena utilização. Particularmente gravoso é o atraso na ligação do novo sistema de distribuição de água em pressão do Aproveitamento Hidroagrícola de Silves, Lagoa e Portimão, que se arrasta desde 2014.

No plano florestal, há ainda que sublinhar que, na floresta algarvia, o sobreiro é a espécie que ocupa a maior área: de acordo com o Inventário Florestal Nacional, cerca de 39.863 ha, aproximadamente 25,34% da ocupação total da mesma no Algarve. O sobreiro desenvolve-se em toda a região algarvia (exceptuando o Barrocal), com principal incidência nas zonas da serra algarvia de maior altitude.

As zonas da serra do Caldeirão e do Barranco do Velho (nos concelhos de Loulé e S. Brás de Alportel) são importantes, sendo que o sobreiro que aí se desenvolve produz uma cortiça de grande qualidade, dado que as condições edafoclimáticas são favoráveis a esta espécie. A produção de cortiça representa 64% do rendimento dos produtores que exercem actividade florestal no Algarve, seguida pela produção de madeira ou lenha, cerca de 21%.

Relativamente ao **Quadro de Apoio Comunitário para o Desenvolvimento Rural 2014-2020**, o Algarve viu a sua classificação alterada para “zona de transição”. Na concepção do programa nacional/regional de desenvolvimento regional e das respectivas medidas de operacionalização e implementação, esta alteração provocou um corte de 113 milhões de euros, com consequentes reflexos nos empresários agrícolas e na produção do sector. De salientar que Lisboa é considerada “região desenvolvida”, o Algarve, “região em transição” e o resto do país, “regiões menos desenvolvidas”. Esta classificação prejudica bastante a actividade agrícola no Algarve.

A 9ª Assembleia de Organização Regional propõe:

- Uma política virada para assegurar a soberania alimentar do País, a valorização dos agricultores e da agricultura familiar;
- Dinamizar uma indústria alimentar e de frio, com base nos citrinos e hortofrutícolas, estimulando o seu desenvolvimento e a criação de postos de trabalho;
- Promover a instalação de pequenas unidades de transformação de produtos agrícolas locais, com as devidas certificações;
- Implementar um Plano de Ordenamento Florestal em ligação com os criadores de ovinos e caprinos e com os produtores florestais, visando o desenvolvimento da floresta autóctone;
- Concretizar uma acção efectiva por parte do Governo junto da grande distribuição, para impedir o esmagamento da produção nacional e, sobretudo, dos preços da produção nacional;
- Criar um Regime Especial de Segurança Social com contribuições mensais, calculadas mediante o rendimento das explorações agrícolas, até um máximo de 18,75% de taxa contributiva;
- Desenvolver a inovação tecnológica e apoios técnicos desburocratizados, colocando um maior número de quadros técnicos ao serviço da extensão rural, e distribuí-los por toda a região;
- Criar condições para a valorização, promoção, certificação dos produtos agrícolas e pecuários regionais e promover o pagamento atempado dos subsídios e a sua justa distribuição;

- O apoio ao cooperativismo agrícola e à preservação e desenvolvimento das culturas de sequeiro;
- A criação de um matadouro público na região do Algarve, o investimento no regadio e noutras infraestruturas de apoio à actividade agrícola;
- Pugnar pelo incremento da agricultura sustentável e por um Algarve livre de organismos geneticamente modificados;
- Repor os serviços governamentais de apoio à actividade agrícola, entretanto encerrados, assim como a construção de equipamentos de apoio ao sector produtivo, como é o caso do matadouro regional ou de lagares para a produção de azeite.

1.5 Pescas

O Algarve é das regiões do país com maiores potencialidades no sector das pescas, incluindo também o marisqueio e a aquicultura. No entanto, o sector continua a ser flagelado por uma política de capitulação nacional face às exigências comunitárias, nomeadamente, através da Política Comum de Pescas.

A crise das pescas algarvias é revelada pela diminuição do número de pescadores, o recuo na pesca artesanal e as crescentes limitações à pesca do cerco (de que é exemplo maior a política referente à sardinha), a degradação e falta de investimento nos portos e barras do Algarve, a falta de matéria-prima para aquilo que resta na indústria de conservas (Olhão), a falta de atractividade de um sector cuja média etária dos seus efectivos tem vindo a aumentar.

A dificuldade de manter preços justos de primeira venda, conjugada com o aumento dos custos dos factores de produção e as limitações às possibilidades de pesca, como é o caso dos sucessivos impedimentos da pesca da sardinha (com implicações também na indústria conserveira), tem provocado uma **perda de rentabilidade do sector**, afastando gentes da actividade e gerando acrescidos problemas sociais às regiões costeiras com incidência piscatória, como o Algarve.

No Algarve, em 2017, havia 2.713 profissionais da pesca, representando 15,4% do total nacional. Quase 30% destes profissionais tinha uma idade superior a 55 anos. O número de embarcações era de 1.747, das quais 1.529 com motor, representando 22% e 24% do total nacional, respectivamente. O volume de capturas de pescado fresco ou refrigerado

no Algarve, passou de 18.901 toneladas, em 2016, para 12.949 toneladas em 2017; ou seja, registou uma quebra de 31,5%. O peso relativo do Algarve no panorama nacional também diminuiu, passando de 15,2%, em 2016, para 10,9%, em 2017. Em 2017, as espécies capturadas mais relevantes, em quantidade, foram a sardinha (2.836 ton), o polvo (2.056 ton), o carapau (1.495 ton), o carapau negrão (1.106 ton) e a cavala (812 ton).

O **marisqueio**, desenvolvido na Ria Formosa e na Ria de Alvor, é responsável pela cultura e produção de espécies como a amêijoia-boa (a mais valiosa), a amêijoia canita, o lingueirão, o berbigão, a conchilha e, recentemente, de forma mais intensiva, a produção de ostras e mexilhão. Também na Costa Vicentina se desenvolve o marisqueio, nomeadamente de perceves. Esta actividade, que envolve uma grande informalidade, pode chegar a ocupar cerca de 10.000 pessoas como viveiristas, mariscadores e outros intervenientes ligados ao sector. Só na Ria Formosa existem cerca de 1.600 viveiros, que ocupam uma área aproximada de 500 hectares, com uma produção anual estimada em 2.700 toneladas de amêijoia-boa, correspondendo à quase totalidade da produção nacional.

Para a degradação do sector muito contribuíram ainda medidas políticas tomadas por sucessivos governos, como sejam: a desactivação de estruturas públicas fundamentais ao funcionamento do sector; a não salvaguarda dos interesses nacionais no Acordo de Pescas Transfronteiriço com a Espanha (conhecido como Acordo do Guadiana); a imposição de quotas na captura de pescado (como a sardinha); a opção expressa no apoio e facilidades concedidas à instalação de sistemas de aquicultura (em regra de empresas estrangeiras), em desfavor e confronto com a pesca tradicional, como se verifica em Sagres, ou na Ilha da Culatra, em Faro; as limitações impostas à captura de algumas espécies como a raia, em benefício das grandes potências da União Europeia.

A renovação do Acordo de Pesca Fronteiriço do Guadiana resultou no aprofundamento de uma situação desvantajosa para as frotas de pesca local e costeira do sotavento Algarvio.

São também de sublinhar: a degradação da maioria dos portos (incluindo das suas condições de segurança), designadamente Olhão, Portimão e Baleeira, e o assoreamento de outros, particularmente na zona de Tavira; a ausência de investimento na requalificação ambiental da Ria Formosa (realização de dragagens, construção de ETARs, etc.); os preços da primeira venda em lota que continuam a não ser compensadores em relação aos factores de produção (enquanto o sector da

comercialização obtém elevados lucros); a utilização muito limitada do Fundo de Compensação Salarial, apesar das melhorias verificadas em consequência da intervenção das organizações representativas do sector.

Os pescadores estão cada vez mais bloqueados, entre as condições atmosféricas, as políticas comunitárias e os preços de primeira venda em lota.

A 9ª Assembleia de Organização Regional propõe:

- Uma política de investimento público virada para o desenvolvimento de estruturas públicas de apoio, monitorização e acompanhamento do sector; a requalificação dos portos de pesca; a realização de dragagens e o desassoreamento da foz dos rios; a criação de condições de segurança das embarcações e dos profissionais;
- Uma política económica que potencie e articule o sector no quadro de uma fileira produtiva regional, implicando a captura, gestão, comercialização, promoção e transformação dos produtos da pesca;
- A implementação de um plano integrado de despoluição e recuperação da Ria Formosa e da Ria do Alvor, bem como, da dragagem regular designadamente do rio Guadiana e do rio Arade
- A atribuição de compensações financeiras aos pescadores, armadores e mariscadores durante os períodos de defeso (paragens biológicas) e as paragens de actividade motivadas por razões de defesa da saúde pública;
- A reposição do princípio de fixação de margens máximas de lucro na comercialização do pescado;
- A adopção de medidas de apoio à pesca costeira e à pesca artesanal;
- A defesa de uma política para o sector prioritariamente orientada para o emprego e melhoria das condições sociais dos pescadores e para o desenvolvimento da economia da região;
- A aposta em investimentos na indústria transformadora ligada ao sector e na respectiva inovação tecnológica;
- A adequação do Regulamento de Inscrição Marítima (RIM) à realidade do sector;

- Uma acção efectiva das entidades competentes para garantir a aplicação do Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho a Bordo das Embarcações de Pesca;
- Uma política de formação profissional que parta da realidade e especificidades do sector.
- Um funcionamento mais célere no deferimento das candidaturas apresentadas ao Fundo Compensação Salarial dos Profissionais de Pesca cujo tempo de espera se prolonga por muitos meses;
- A revogação do Acordo de Pesca Fronteiriço do Guadiana.

1.6 Indústria

Cavalgando um défice de desenvolvimento económico, que remonta a antes do 25 de Abril, com algumas ligeiras curvas ascendentes até 2006/2007, ano em que o Algarve entra em recessão, a curva descendente da indústria no Algarve perdura até aos dias de hoje. As causas centrais dessa tendência são a política de direita e a aplicação na região de um modelo de desenvolvimento económico centrado no turismo, opção que não está desligada dos interesses do grande capital. A indústria nas várias vertentes, exceptuando raríssimas situações, não só não se consolidou como, em muitos casos, até regrediu, quer na criação da riqueza quer na criação e manutenção do emprego.

No que diz respeito à **indústria extractiva**, os dados actuais e os estudos de caracterização deste sector são escassos. Em 2014, o sector englobava pedreiras, minas de sal-gema (cuja produção foi, entretanto, suspensa), a extracção de sal, a colheita e o engarrafamento de águas minerais, e a extracção de calcários e outros inertes utilizados na produção de cimentos. Relativamente à extracção da pedra, o sector está praticamente inactivo.

Quanto à **indústria transformadora**, destacam-se, apesar da sua existência em número reduzido, indústrias marcadas pela fraca incorporação tecnológica, nas seguintes áreas: conserveira (com três médias empresas, no concelho de Olhão); de tratamento e transformação de cortiça, em São Brás de Alportel; de reparação e construção naval, em Vila Real de Santo António e Portimão; da indústria gráfica, em Loulé.

As micro e pequenas empresas constituem a esmagadora maioria do tecido económico regional. Refira-se que o sector da construção civil, que constituía o segundo sector económico mais importante do Algarve, encontra-se hoje numa profunda agonia. Em queda está também a produção de cimento na CIMPOR de Loulé, que chegou a estar em situação de *layoff*, e conta com um número cada vez mais reduzido de trabalhadores (a maioria a trabalhar para empresas terceiras); neste período, confirmou, sem dúvida, os riscos para a região e para o país da sua privatização e entrega ao grande capital brasileiro.

A 9ª Assembleia de Organização Regional propõe:

- O redireccionamento dos fundos e apoios públicos para o desenvolvimento da actividade industrial, a par de uma política que favoreça o acesso ao crédito por parte das PME's, designadamente por via da Caixa Geral de Depósitos, e que imponha a diminuição dos preços da energia, das comunicações, dos seguros e de outros serviços;
- A consolidação e apoio à dinamização da actividade empresas que resistem, na área da indústria, na região: conservas, cortiça, cimento, extractiva, transformação de pedra, alimentar, construção e reparação naval e o estímulo à diversificação e desenvolvimento de novos sectores.
- A adopção de uma política dirigida ao fomento de várias fileiras produtivas com potencialidades e tradições na região, designadamente, na indústria conserveira, na extracção e produção de sal, extracção e transformação de rochas ornamentais e de cortiça, na reparação e construção naval;
- A aplicação de uma política que potencie, articule e integre o conhecimento tecnológico na actividade industrial da região, tendo como referência a Universidade do Algarve e apontando o desenvolvimento de novas indústrias integradas num plano de industrialização do país;
- O desenvolvimento de uma política dirigida à recuperação e reabilitação urbana, potenciando a eficiência energética e a qualidade de vida das populações;
- O desenvolvimento de uma política que garanta a recuperação do controlo público de sectores estratégicos da economia, como é o caso da produção de cimento que conta com uma unidade na região.

1.7 Comércio

Passados quatro anos, o panorama no sector do comércio de proximidade agravou-se. O comércio alimentar a retalho está praticamente tomado pelas **grandes superfícies** e centros comerciais. Nos últimos anos abriram, por todo o Algarve, novas grandes superfícies comerciais, entre as quais avulta o Mar Shopping (com uma loja IKEA, no concelho de Loulé (concelho já de si coberto pelas principais cadeias de distribuição), integrada num centro comercial fechado e num *outlet* ao ar livre com dezenas de lojas e estabelecimentos de restauração, com um impacto muito negativo no comércio local e tradicional do Algarve.

É de salientar que os centros comerciais, com o tipo de oferta, horários e condições de trabalho que envolvem, fazem, em regra, uma concorrência desleal a um vasto conjunto de pequenas actividades económicas: juntamente com outros factores agressivos, nomeadamente horários alargados, os impostos desajustados e as dificuldades de poder de compra, apressam a falência e encerramento do comércio local.

Se é verdade que tem crescido o número de trabalhadores, nas grandes superfícies mas também em lojas de média e pequena dimensão implantadas pelos grupos económicos – cada vez mais à custa da desregulamentação de horários, do trabalho a tempo parcial e de salários baixos, importar dizê-lo -, os impactos que este crescimento tem no restante comércio e restauração traduz-se na ruína de muitas micro, pequenas e médias empresas e num saldo líquido negativo no que diz respeito ao emprego.

Este panorama constitui mais um factor desestabilizador da economia algarvia, já que, além de descaracterizar a região, provoca quebra nos fluxos de capital e no emprego, esmagamento de preços e concorrência desleal. Sublinha-se ainda o impacto negativo sobre o comércio de proximidade da quebra vertiginosa dos rendimentos, ocorrida no quadro da crise (e que ainda não foi reposta na sua totalidade), e da Lei dos Despejos.

A 9ª Assembleia da Organização Regional propõe:

- Uma política restritiva no que diz respeito à instalação de centros comerciais e de lojas da grande distribuição;
- Uma política fiscal mais justa;
- A reconsideração das actuais zonas de estacionamento pago e a adopção de uma política restritiva na adopção deste mecanismo;

- Um plano integrado, em articulação com os municípios, de dinamização das feiras tradicionais e mercados municipais;
- O aumento dos salários, reformas e pensões, estimulando o consumo interno e a dinamização da actividade económica, inseparável da melhoria das condições de trabalho e dos salários praticados no sector.

1.8 Micro, Pequenas e Médias Empresas

Tal como no plano nacional, o tecido empresarial do Algarve é constituído maioritariamente por microempresas, cerca de 88% do total, com um número médio de trabalhadores entre 1 a 10 pessoas e um volume de negócios até 3 milhões de euros. As pequenas empresas, com um número de trabalhadores de 11 a 50 e um volume de negócios até 10 milhões de euros, são cerca de 10% e as médias empresas, com um número de trabalhadores de 51 a 500 e um volume de negócios até 40 milhões de euros, são cerca de 2%. As grandes empresas com sede na região são uma ínfima minoria.

No plano regional, aprofundou-se o conflito entre os interesses das PME's e o poder dos grandes grupos económicos. São expressões deste embate cada vez mais agudo: a luta do comércio tradicional contra o poder das grandes superfícies; o confronto entre as pequenas empresas de transporte de passageiros e as taxas cobradas pela Vinci a quem foi entregue a exploração do Aeroporto de Faro; a luta do sector do Táxi contra o poder das multinacionais como a UBER; a desigualdade entre os pequenos produtores e o poder das grandes cadeias de distribuição; entre as empresas de reparação automóvel e as companhias de seguros; entre as agências de viagens, companhias de aviação, as grandes cadeias de hotéis que absorvem a parte mais rentável do mercado e as PME's ligadas ao turismo. Apesar do crescimento da actividade turística nos últimos três anos e de medidas positivas que entretanto foram adoptadas, designadamente as que permitiram a recuperação de rendimentos por parte dos trabalhadores, a redução do IVA na restauração para 13% ou a redução e eliminação do Pagamento Especial por Conta, o quadro geral permanece marcado por dificuldades, riscos e incertezas em vários sectores.

As empresas que conseguem superar as dificuldades e manter a actividade fazem-no num precário equilíbrio económico/financeiro que não permite uma recuperação consolidada.

1.9 Turismo

O papel do turismo na economia nacional tem-se vindo a destacar nos últimos anos, representando, em 2017, cerca de 7.5% do PIB, 18% das exportações globais e mais de 50% das exportações de serviços. Representa ainda perto de 323 mil empregos, cerca de 7% do total nacional.

O Algarve é o maior destino turístico nacional, tendo recebido, em 2017, mais de 19 milhões de hóspedes, cerca de 20% do total do país. É de referir que, nos últimos anos, os subsectores do Golfe, do Turismo Residencial, do Turismo de Saúde, do Turismo de Natureza, entre outros, têm vindo a ganhar cada vez mais relevo na região, mas é a vertente “Sol e Praia” que ainda predomina na actividade turística da região.

Partindo de uma realidade sólida, favorecido por características e condições únicas que possui, o Algarve beneficiou, nos últimos anos, de uma conjuntura internacional altamente favorável, potenciada pela transferência de fluxos turísticos de outros destinos da orla do Mediterrâneo, como a Turquia, a Tunísia e o Egipto. O Algarve viu os proventos desta actividade subirem de cerca de 610 milhões de euros, em 2013, para mais de 1.032 milhões, em 2017.

O Aeroporto de Faro cresceu também em número de passageiros, tendo ultrapassado os 9 milhões, em 2017. Aqui são cada vez mais as companhias aéreas *low-cost* que dominam as rotas aéreas. A Ryanair e a Easyjet continuam a somar novas rotas, sendo muitas delas financiadas com recursos públicos. A TAP, outrora a maior companhia aérea a operar em Faro, realiza apenas voos de ligação a Lisboa.

Desde a privatização da ANA – Aeroportos de Portugal, a Vinci recebeu uma infraestrutura completamente renovada com fundos públicos que aumentou ainda mais a disponibilidade de operar com mais *slots*, a par de uma política que promoveu o aumento sucessivo de taxas aeroportuárias.

Na hotelaria, para além do crescimento significativo de lucros, já mencionado, os proveitos por quarto existente (RevPar) cresceu de 33€ para 53€, mostrando bem o crescimento de rentabilidade desta actividade.

A situação laboral continua, no entanto, a ser um pálido reflexo desta realidade. Salários baixos, precariedade laboral assente em contratos a prazo de 3 a 6 meses, a utilização constante e abusiva de empresas de trabalho temporário e estágios profissionais, assim como a chamada *flexibilidade horária*, ou seja, horários de trabalho repartidos com

interrupções de 3 a 4 horas diárias, horários por turnos com até três mudanças de turno por semana, muitas vezes marcadas em cima da hora e sem aviso prévio.

Depois do ano de todos os recordes, 2017, a acalmia da situação geopolítica na bacia do Mediterrâneo, bem como a falência de duas companhias aéreas de referência a operar na região (Monarch e AirBerlin), trouxe, em 2018, um ligeiro abrandamento do turismo, prevendo-se, ainda assim, números acima de 2016.

A fragilidade e incerteza de um sector cada vez mais dependente das oscilações do mercado internacional, do papel das multinacionais de aviação e das grandes agências de viagens recomenda uma outra abordagem sobre o sector do turismo, combatendo a sua sazonalidade, melhorando infraestruturas públicas, diversificando a oferta e estimulando também a procura interna e o direito do povo português a férias.

Uma vertente do desenvolvimento do Turismo que tem tido um significativo aumento, com incidência decisiva em praticamente todos os campos da economia, é o Alojamento Local. Este sector, predominantemente ocupado, para já, por micro e pequenos empresários e pela economia familiar, atinge, na região, um número de registos superior a 30.000 unidades de Alojamento Local, quando em 2012 eram cerca de 12.000.

São já quase 77.000 as unidades registadas em todo o país, contra as 14.000 registadas até 2014. Isto significa que, em três anos, cerca de 63.000 casas podem ter saído do mercado habitacional para o turístico, localizando-se, na sua maior parte, no Algarve, o que cria um problema acrescido no acesso à habitação para residentes.

O desenvolvimento da actividade turística no Algarve está condicionado pela situação que atinge o investimento e os serviços públicos. Numa região onde a população chega a duplicar e triplicar em algumas cidades, sentem-se os problemas decorrentes da insuficiente rede de transportes públicos, dos atrasos na modernização da Linha do Algarve e na requalificação da EN125, do subfinanciamento do Serviço Nacional de Saúde e da falta de resposta, que se agudiza na época alta, aos problemas relacionados com a recolha do lixo e agudizados com a privatização deste sector por parte de algumas autarquias.

Recentemente foi ainda anunciado um novo imposto sobre os visitantes do Algarve, uma taxa turística aprovada por todos os seus municípios, com excepção do Município de Silves, que mais não é do que uma forma de taxar os que nos visitam e compensar as falhas nas obrigações de financiamento que o Estado há muito sonega à região.

Por tudo isso, a 9ª Assembleia de Organização propõe:

- Uma nova política que promova a sustentabilidade do Turismo no Algarve, com base na qualidade das infraestruturas como sejam: a electrificação da rede ferroviária e a sua ligação ao Aeroporto de Faro; novas composições que garantam a regularidade, pontualidade e qualidade do serviço ferroviário; a coordenação e valorização das carreiras rodoviárias, visando a sua complementaridade com a ferrovia e potencial redução do transporte individual; a requalificação do Porto de Faro, também com vista à utilização turística, sem prejuízo da vertente comercial e exportadora que potencie outras indústrias; acessos rodoviários e pedonais em condições às praias que garantam a sua acessibilidade para todos; a finalização das obras de requalificação da EN 125; a abolição das portagens na Via do Infante; o novo e há muito prometido Hospital Central do Algarve, que garanta a saúde a todos os que aqui vivem mas também capaz de responder ao extraordinário aumento sazonal da população.
- Novas políticas de valorização e formação profissional que promovam verdadeiramente o aumento de competências e conhecimentos dos trabalhadores e estudantes, assente na dinamização do papel das escolas hoteleiras do Algarve e não nos interesses das grandes empresas do sector que procuram “parquear” trabalhadores a “custo zero” no Inverno, obviamente às expensas do Estado. Uma formação capaz e essencial para o aumento e equilíbrio de mercados emissores, assente na vertente linguística, de conhecimento cultural e na qualificação do serviço oferecido, que potencie o crescimento profissional ao longo de toda a carreira.
- A concretização da Regionalização que dê aos Algarvios as rédeas do destino da região, potenciando uma participação efectiva de todos os agentes turísticos, incluindo autarquias, representantes das organizações dos trabalhadores e das associações empresariais no delinear de uma nova estratégia para o sector que sirva os que nos visitam, oferecendo-lhes condições diferenciadas dos restantes destinos, sem deixar de servir principalmente os que aqui residem.
- Novas políticas de trabalho que valorizem os salários e direitos de todos os trabalhadores, no seu direito a ver os filhos crescer, a exercer a sua actividade longe da repressão patronal e nas melhores condições de planeamento que permitam a efectivação das 40 horas de trabalho semanal, valorizando outras tantas de descanso e de lazer e tendo por objectivo progredir para as 35 horas.

- O combate e controlo da especulação imobiliária que permita a todos os que vivem e trabalham na região condições dignas de habitação e proximidade do seu local de trabalho.

1.10 Ambiente

Se à escala nacional a política ambiental se tem caracterizado por uma deliberada redução de recursos e meios que permitiriam a concretização de medidas coerentes de defesa e preservação da natureza e dos recursos naturais, muito mais grave é a situação no Algarve. Aqui tem imperado a criminosa ganância especulativa, que actua impunemente, dada a grande desarticulação entre as diversas entidades que detêm direitos de intervenção no litoral, nos parques naturais e nas áreas de paisagem protegida, cuja legislação foi alterada em claro benefício dos grandes interesses económicos e contra as populações que aí residem e trabalham.

A legislação destinada a contornar os instrumentos de ordenamento do território em função da dimensão do investimento, através dos chamados Projectos de Interesse Nacional (PIN), marcou de forma muito negativa o ambiente na região. De facto, deixou o território e as suas riquezas naturais e paisagísticas à disposição do grande capital e das suas estratégias. A implantação de empreendimentos imobiliários/turísticos de grande envergadura, de que são exemplo os mais de 40 campos de golfe que existem no Algarve, sem interacção económica com o tecido natural e social em que se inserem, contribuiu para o abandono da terra pelas populações locais, com maior intensidade nas áreas protegidas.

Persistem graves problemas na orla costeira, com a sobrecarga de construções, a acentuada erosão da costa – cujos problemas de segurança se têm vindo a revelar –, a ameaça à integridade das zonas húmidas, como é o caso da Ria de Alvor, do Sapal de Castro Marim e da Ria Formosa. Trata-se de uma situação ainda mais preocupante, se tivermos em conta a ausência de investimento público para responder a estes problemas que se arrastam há décadas.

É neste momento evidente a pressão crescente em toda a região da Ria Formosa – um dos mais importantes patrimónios ambientais da região – no sentido de expulsar as populações que aí residem e trabalham, libertando esse território para os interesses do grande capital. Pressões que vão desde a imposição de demolições de casas às cada vez

maiores restrições ao marisqueio e que foram continuadas pelo Governo PS, ao contrário daquilo que tinha prometido.

Persistem igualmente atrasos no plano das ETAR, tendo sido concluída a de Portimão e estando a de Olhão/Faro ainda em fase de construção, num quadro em que os investimentos a cargo das Águas do Algarve são claramente insuficientes. Igualmente preocupantes são as consequências da privatização da EGF, que o Governo PSD/CDS concretizou, e que submete a gestão dos lixos e resíduos sólidos aos critérios do lucro.

A política da água traduz-se num quadro legislativo tendente à privatização que o actual Governo não abandonou. Tal caminho também tem proporcionado a subida dos preços para os consumidores. Por outro lado, continuam a existir várias localidades sem saneamento básico, nomeadamente na serra algarvia.

Assinala-se uma profunda contradição entre o discurso oficial de valorização do turismo, das paisagens e ambiente algarvios, e a completa ausência de meios para preservar e valorizar esses recursos, seja na serra, seja na costa, seja no próprio mar. Prova disso é o prosseguimento dos problemas associados aos incêndios florestais, que, no Verão de 2018, atingiram a Serra de Monchique e os concelhos de Monchique, Silves e Portimão. É a ausência de um rebocador na costa algarvia que possa intervir face a qualquer problema – incluindo no plano ambiental – junto à costa. É a falta de qualquer investimento para acabar com as fontes poluidoras das zonas húmidas; são opções como a exploração, sem cumprimento das regras de preservação ambiental, de Feldspato na Serra de Monchique.

Nos últimos anos têm-se ainda intensificado a contestação à pesquisa, prospecção e exploração de petróleo e gás natural na costa algarvia. Tendo presente a elevada dependência energética do País, o direito de o povo português conhecer os seus recursos, mas também os riscos associados a esta actividade, o PCP considera serem necessários estudos prévios de impacto ambiental e económico, para que se possa decidir o que melhor serve os interesses das populações do Algarve e do país. O PCP chama a atenção para o facto de que os interesses nacionais serão tão mais garantidos quanto possa estar assegurado o controlo público dos recursos e das empresas que operam neste sector.

A 9ª Assembleia de Organização Regional propõe:

- O desenvolvimento de uma política que garanta o planeamento democrático do território, a democratização da gestão e usufruto dos recursos naturais, contrariando a mercantilização e privatização do património natural;
- A defesa de uma política que inverta o rumo de crescente captura dos parques naturais pelos interesses dos grupos económicos, garantindo o reforço do investimento público e devolvendo este património às populações que aí vivem e trabalham e que são o garante da sustentabilidade económica e ambiental destes territórios, designadamente no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, no Parque Natural da Ria Formosa e na Reserva Natural do Sapal de Castro Marim;
- A adopção de medidas que promovam e assegurem o combate efectivo aos incêndios florestais, canalizando para aí os recursos necessários, combatendo a desertificação da serra algarvia e promovendo as actividades produtivas necessárias à fixação das populações;
- A recusa das políticas que levam à privatização da água, confirmando o carácter público deste recurso estratégico e a protecção das linhas de água naturais;
- A realização de estudos de impacto ambiental e económico, prévios às actividades de pesquisa e prospecção de gás e de petróleo, para que o país possa tomar as decisões adequadas neste processo;
- A realização de um plano integrado da protecção da costa algarvia com os meios adequados à protecção ambiental e de defesa das populações.

1.11 Habitação

A Constituição da República Portuguesa consagra o direito de todos os cidadãos à habitação. No entanto, o acesso à habitação constitui hoje um grave problema no Algarve, com incidência maior na zona do litoral, atingindo preços para arrendamento ou para casa própria incomportáveis para a maioria da população.

Sem ignorar que cabe ao Estado o essencial das responsabilidades sobre a habitação, a verdade é que pode e deve haver políticas municipais de habitação que contribuam decisivamente para criar condições de acesso à habitação, permitindo não só fixar

população residente, nomeadamente jovem, como atrair novamente aqueles que tiveram de sair por falta dessas condições, assim como aqueles que vêm trabalhar na região.

Outro aspecto a considerar é a procura de imóveis para Alojamento Local na região que tem levado à redução da oferta para arrendamento e para casa própria. Em paralelo, o Novo Regime de Arrendamento Urbano, aprovado em 2012, a chamada “Lei dos Despejos”, facilitou o grande aumento das rendas e o encerramento de estabelecimentos do comércio tradicional, originando a especulação imobiliária.

Ao mesmo tempo, tem-se assistido também no Algarve a uma crescente transferência de imóveis do arrendamento habitacional para o Alojamento Local. Assim se reduz a oferta de habitação disponível, aumentando os preços tanto de arrendamento como de habitação própria e levando muitas famílias a abandonar o local onde sempre residiram.

Uma realidade muitas vezes ocultada são ainda os critérios de classificação dos solos em RAN e REN, que, em muitas freguesias rurais dificultam, designadamente, a autoconstrução e uma maior fixação de população.

Face à profunda incidência desta situação, da sua importância na economia e nas condições e qualidade de vida em geral de quem cá vive e trabalha, **a 9ª Assembleia da Organização propõe:**

- a adopção de uma política nacional onde o Estado determine a política de solos, de edificabilidade, de regeneração e reabilitação do edificado e do arrendamento;
- o combate à especulação imobiliária e fundiária, dando gestão pública às mais valias decorrentes da transformação do uso dos solos e do edificado;
- a mobilização do património habitacional público para programas de renda apoiada ou condicionada;
- a dinamização neste domínio do movimento cooperativo e da autoconstrução.

1.12 Transportes

O Algarve continua não só a não ter um sistema de transportes que articule as diferentes modalidades, como, em resultado da concretização da política de direita, se aprofunda o afastamento entre as infraestruturas de transportes e as necessidades das populações.

Sem prejuízo da electrificação da **linha ferroviária** entre Faro e Vila Real de Santo António e entre Tunes e Lagos, prometida para os próximos anos, mantém-se a ausência de um sério investimento em infraestruturas fundamentais, nomeadamente a ligação directa Lisboa – Lagos e Lisboa – Vila Real de Santo António por comboios Alfa e Inter-cidades, assim como a promoção das ligações regionais entre Lagos e Vila Real de Santo António, de acordo com as necessidades das populações. Verifica-se o crescente abandono e degradação de várias estações de caminhos-de-ferro, a desadequação de horários, a falta de pessoal e a degradação do material circulante, o que tem contribuído para as sucessivas supressões de comboios, com impacto na vida de milhares de algarvios e dos que visitam a região.

Em nome da redução de custos, continuam a ser reduzidas as ligações garantidas pela EVA – Transportes, cujo monopólio privado do **transporte rodoviário** (e que resultou da destruição da Rodoviária Nacional e a entrega a privados deste meio de transporte) se reflecte de forma negativa na região.

A **Via do Infante** é um eixo rodoviário estruturante que atravessa longitudinalmente o Algarve. Em 2010, com base em critérios meramente economicistas e desprezando os profundos impactos negativos na região, o Governo PS decidiu introduzir portagens na Via do Infante, medida que acabaria por ser concretizada em Dezembro de 2011 pelo Governo PSD/CDS. As portagens na Via do Infante são, assim, uma opção do PS, PSD e CDS.

A introdução de portagens na Via do Infante, assim como nas demais concessões SCUT, visou apenas reduzir as despesas do Estado com as concessões rodoviárias sem, contudo, tocar nas fabulosas rendas auferidas pelos grupos económicos que exploram, sem qualquer risco, tais concessões. Podendo optar pela renegociação dos contratos de concessão, transferindo o risco para as concessionárias e reduzindo as escandalosas taxas de rendibilidade, o Governo preferiu pôr o fardo sobre os ombros dos cidadãos e das micro, pequenas e médias empresas. A redução parcial (15%) que foi alcançada em 2016, sendo uma consequência da luta das populações e do combate do PCP, não resolveu o problema que foi criado.

A **EN 125** não é uma alternativa à Via do Infante, já que partes significativas do seu traçado são autênticas artérias urbanas. O Governo PSD/CDS optou por renegociar o contrato de concessão da EN 125, entre 2012 e 2015. Para não beliscar os lucros da concessionária, limitou-se a reduzir os encargos com a concessão à custa da eliminação de obras inicialmente previstas e da transferência de futuros trabalhos de manutenção e reparação para a empresa Estradas de Portugal. A defesa do interesse público impunha a reversão da concessão, como defendia o PCP, poupando, desta forma, muitas centenas de milhões de euros ao erário público. Entretanto, verifica-se o arrastamento por parte das Infraestruturas de Portugal da prometida requalificação desta estrada, designadamente no troço que liga Faro a Vila Real de Santo António que se encontra numa situação deplorável.

No plano do transporte aéreo, o **Aeroporto de Faro** tem vindo a assumir uma importância estratégica para a actividade económica da região, ao registar globalmente um crescimento do tráfego e do número de passageiros nos últimos anos (sem prejuízo de oscilações negativas, como a que se prevê para 2018). No entanto, as consequências da privatização da ANA já se fizeram sentir. Daí o tipo de investimentos que foram realizados e que não respondem às exigências funcionais dos serviços públicos e de segurança instalados no Aeroporto de Faro e o aumento de taxas e tarifas aeroportuárias com prejuízo para os utentes e para os próprios serviços, impostos pela ANA. Constitui também uma ameaça a privatização parcial da TAP (50%) que o governo PSD/CDS queria que fosse mais longe, bem como o peso cada vez mais determinante das chamadas companhias aéreas *lowcost* que já controlam 40% do tráfego no Aeroporto de Faro, que já detém 40% do tráfego. É imperioso reflectir sobre as possibilidades de desenvolvimento, mas também os limites do Aeroporto de Faro, face ao crescente número de passageiros, bem como a sua ligação à ferrovia.

As **áreas portuárias** constituem um recurso territorial estratégico que não pode deixar de ser preservado e valorizado. No Algarve, a perspectiva de diversificação da sua actividade económica e de dinamização do sector produtivo, como defende o PCP, exige o reconhecimento do papel crucial do sistema portuário na economia regional e a consequente adopção de um conjunto de orientações e medidas de relançamento da actividade portuária em todos os segmentos – mercadorias, pesca, cruzeiros turísticos oceânicos, marítimo-turística, transporte de passageiros, estaleiros navais e náutica de recreio.

No início de 2014, o Governo PSD/CDS decidiu fragmentar as diversas valências portuárias do Algarve, transferindo a jurisdição dos portos de pesca e das marinas de recreio para a Docapesca e a jurisdição dos portos comerciais de Faro e de Portimão para a Administração do Porto de Sines. Esta é uma situação inaceitável, que deve ser corrigida, com a criação da Administração dos Portos do Algarve, integrando todos os portos comerciais, de pesca e de recreio da região algarvia, com uma gestão pública que exerça a autoridade portuária e a gestão integrada das actividades marítimas e portuárias, em estreita ligação com a economia e comunidades locais. Os projectos que estão em curso, com vista ao desmantelamento do Porto Comercial de Faro e à sua entrega à especulação imobiliária e à actividade turística, vão em sentido contrário ao que seria exigido.

Por outro lado, e apesar das promessas feitas, continuam por fazer obras de diversos tipos que contribuiriam para melhorar as acessibilidades e reduzir a sinistralidade. Está nesta situação a construção da Ponte Internacional Alcoutim – Sanlúcar, a variante de Odiáxere, a ligação do IC4 entre Lagos-Sines, a conclusão do IC27 entre Alcoutim e Beja, a requalificação da EN 124, a requalificação do IC1.

À medida que vão crescendo redes privadas de transportes dentro das cidades, vão-se reduzindo as ligações entre o centro e as freguesias do barrocal e da serra, o que agrava o isolamento e as dificuldades das populações. No sector do táxi, face à legislação aprovada com a Lei da UBER, crescem as ameaças da sua destruição, com consequências no emprego, nas PME's do sector e no tipo de serviço prestado à população, incluindo o preço.

O Algarve precisa de um **Plano Regional de Transportes** que adopte uma visão integrada, tendo por objectivo servir as populações, melhorar as acessibilidades e a mobilidade, ser parte de uma política ambiental, tendo presente que os transportes são factor de desenvolvimento e progresso. Simultaneamente, é fundamental que estes sejam encarados não como fonte de negócio, mas como um serviço público essencial.

A 9ª Assembleia de Organização Regional propõe:

- A imediata abolição da cobrança de taxas de portagem em toda a extensão da Via do Infante;
- A reversão das PPP da Via do Infante e da EN 125, salvaguardando o interesse público;

- A conclusão célere das obras de requalificação inicialmente previstas para a EN 125; a conclusão do IC4 e do IC27; a construção da ponte internacional sobre o Guadiana em Alcoutim; a requalificação da EN 124 e do IC1;
- A criação da Administração dos Portos do Algarve, integrando todos os portos comerciais, de pesca e de recreio da região algarvia, dotada de meios e competências adequados ao exercício da sua missão, num quadro de gestão inteiramente pública do conjunto das infraestruturas portuárias;
- A preservação, a valorização e investimento nas áreas portuárias do Algarve, como instrumento essencial para o aproveitamento pleno das potencialidades económicas da região e para a recuperação e promoção da produção regional e o combate ao projecto de desmantelamento do Porto Comercial de Faro;
- O investimento e modernização na Linha do Algarve, com a sua duplicação e electrificação, a melhoria e alargamento da qualidade do serviço no longo curso e uma forte aposta no serviço regional, aumentando a frequência e a qualidade do serviço como uma das principais respostas aos estrangulamentos de mobilidade intra-regional que atingem o Algarve;
- A recuperação do controlo público do Aeroporto de Faro;
- A realização de um plano regional e de uma política integrada de transportes que garantam a articulação e a inter-operabilidade entre os diversos meios, a melhoria da mobilidade, a redução de custos e do transporte individual.

1.13 Saúde

Em 2018 assinalaram-se os 39 anos do Serviço Nacional de Saúde (SNS), uma das muitas conquistas de Abril que veio aumentar significativamente a esperança média de vida e a melhoria das condições de vida dos portugueses.

O SNS é o instrumento do Estado para garantir o direito constitucional de acesso aos cuidados de saúde e, apesar dos ataques que tem sofrido, atingiu níveis de cobertura e qualidade que fizeram dele um dos melhores do mundo.

A saúde e o bem-estar dos algarvios são um bem inestimável que queremos defender, valorizar, proteger e promover. A saúde individual e colectiva é um bem público instituído constitucionalmente como um direito básico inalienável.

As dificuldades no funcionamento do SNS e os sinais crescentes da sua fragilização, fruto de anos de política de direita, de subfinanciamento e subinvestimento nada mais são do que uma campanha em curso para o substituir por um sistema de saúde centrado em duas componentes: um serviço público desvalorizado apenas com um conjunto de garantias mínimas, destinado aos mais pobres, e uma prestação centrada nos seguros de saúde e concretizada pelos grupos privados, cuja prestação de cuidados dependeria do dinheiro que cada um tivesse para adquirir um seguro de saúde. Em consequência, por todo o país e também no Algarve, os cuidados de saúde – primários e hospitalares – degradaram-se de forma drástica.

Os problemas que afectam o funcionamento das unidades de saúde no Algarve, com consequências sobretudo nos tempos de espera e na qualidade do serviço prestado, tem ganhado expressão nos últimos anos. Dificuldades que são indissociáveis da transferência da prestação de cuidados para os grupos privados, com a respectiva canalização de meios financeiros já hoje superior a 3.000 milhões de euros/ano, considerando apenas as convenções, as PPP e os subsistemas públicos. A resposta aos problemas de financiamento que afectam o SNS no Algarve, não pressupõe apenas o reforço do investimento por parte do Estado, implicam simultaneamente, que deixem de ser desviados colossais recursos públicos para o negócio privado.

Paralelamente, em vez de o Estado investir no SNS para reforçar a sua intervenção e capacidade e reduzir progressivamente o encaminhamento de utentes para entidades privadas com acordos, protocolos ou convenções, há um incremento na entrega de serviços públicos à gestão privada: a utilização da ADSE para financiamento directo dos privados; a concessão de diversos serviços de imagiologia de hospitais públicos.

No Algarve temos vindo a assistir à proliferação vergonhosa de clínicas e hospitais privados como demonstra a expansão dos grupos privados HPP – Algarve e HPA. Proliferação intimamente relacionada com a degradação dos serviços do SNS, a sua perda de credibilidade e desconfiança por parte dos utentes.

No Algarve, a situação no Serviço Nacional de Saúde é preocupante. Faltam centenas de profissionais de saúde nos hospitais e centros de saúde, dezenas de milhar de algarvios não têm médico de família, os tempos de espera para consultas da especialidade são escandalosos, faltam medicamentos e material clínico, cirurgias programadas são adiadas por falta de médicos anestesistas, registam-se significativos atrasos na realização de exames complementares. Nos cuidados primários, verificou-se no Algarve um aumento de

utentes com médico de família, com a criação de 16 Unidades de Saúde Familiar, modelos A e B, como regra instaladas nos Centros de Saúde existentes. No entanto, continua aberto o caminho para a privatização dos cuidados de saúde primários, com o modelo C das USF, que PS, PSD e CDS se recusam a retirar da Lei. A articulação dos cuidados de saúde primários com os cuidados de saúde hospitalares é deficiente e a infraestrutura informática que serve os centros e extensões de saúde é desadequada. Também o investimento na manutenção e renovação de equipamento no Centro Hospitalar Universitário do Algarve tem sido insuficiente.

Outros factores não podem ser ignorados. Surgiram eles síncrona ou previamente ao subinvestimento, decorrem do grosseiro afastamento dos profissionais de saúde dos centros de decisão técnica, que se tornaram centros de valorização da *performance* económica, de análise quantitativa (mascarada de qualitativa) de actos médicos e de enfermagem, submetendo ao capital privado as metas de 'excelência' na governação clínica, ditadas por administradores sensíveis à banca e ao capital financeiro. É neste quadro que se impuseram e quase naturalizaram as taxas moderadoras, as listas de espera para exames complementares, consultas e cirurgias, o protocolo de *Manchester* nas urgências, a externalização de serviços, o défice de mobilidade e de informação em tempo real no sistema.

O Algarve é uma região há muito esquecida pelos sucessivos governos do PS, PSD e CDS e fruto das suas políticas de direita. Acentuam-se problemas crónicos, como o acesso a especialidades clínicas providas apenas em hospitais centrais. Várias investigações sugerem que existe risco de mortalidade acrescido para os algarvios, quando comparados com cuidados prestados no centro do país. Daqui resulta que os algarvios são tratados de forma desigual e que estão mais desprotegidos no que concerne a cuidados especializados.

No Algarve, a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados conta, para internamento, com 3 Unidades de Convalescença, com 69 camas; 1 Unidade de Cuidados Paliativos, com 10 camas; 6 Unidades de Média Duração e Reabilitação, com 143 camas; 10 Unidades de Longa Duração e Manutenção, com 307 camas, num total de 529 camas para responder a cerca de 440.000 residentes na região.

Para a realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, o SNS dispõe no Algarve do Laboratório Regional de Saúde Pública Dr.^a Laura Ayres, com condições para realizar esses exames para os hospitais e centros de saúde da região, desde que as

suas potencialidades sejam plenamente exploradas através do estabelecimento de protocolos com aquelas entidades públicas.

Urge a construção do novo **Hospital Público Central do Algarve**, há muito prometido e constantemente adiado, concretizando um avanço na articulação com a rede hospitalar já existente e que, também ela, precisa de ser reforçada.

Em julho de 2013, o Governo PSD/CDS desferiu mais um rude golpe na prestação de cuidados de saúde na região algarvia, ao impor a fusão dos hospitais de Faro, Portimão e Lagos no Centro Hospitalar do Algarve. Esta foi uma opção ditada por critérios meramente economicistas e que decorreu à margem e em confronto com as populações e os profissionais de saúde. Hoje continuam a sentir-se, no Algarve, os problemas criados por essa fusão e que o governo minoritário do PS não quer resolver. O governo do PS é responsável por manter um conjunto de problemas estruturais, com as consequências que são conhecidas, sem prejuízo de medidas positivas que foram adoptadas como o fim da PPP no Centro de Medicina e Reabilitação Física do Sul, localizado em São Brás de Alportel.

A degradação dos cuidados de saúde no sector público, promovida por sucessivos governos do PS, PSD e CDS, visa descredibilizar o Estado perante os cidadãos e justificar a gradual entrega dos cuidados de saúde aos grupos económicos privados que operam neste sector.

Apesar de todas as dificuldades, é no SNS que os algarvios encontram a resposta mais sólida e segura para as situações mais complexas, não apenas porque no serviço público estão as melhores equipas de profissionais e a experiência acumulada, mas principalmente porque a lógica de funcionamento assenta na saúde e não numa oportunidade de negócio de privados baseado na doença.

A transformação do direito à saúde num negócio é um caminho que o PCP rejeita liminarmente, defendendo um SNS de qualidade, universal, geral e gratuito.

O direito constitucional à Saúde é inseparável do reforço e melhoria do SNS, objectivo que exige a ruptura com a política de direita e a concretização de uma política patriótica e de esquerda.

A 9ª Assembleia de Organização Regional propõe:

- O levantamento das necessidades de cuidados de saúde da população do Algarve, tendo em conta as suas características e critérios de acessibilidade e mobilidade e

as condições sociais e económicas, com vista à apresentação de um plano integrado da reorganização dos serviços públicos de saúde, ao nível dos cuidados primários de saúde, cuidados hospitalares e cuidados continuados integrados, envolvendo na sua definição os contributos dos utentes, profissionais de saúde, autarquias e comunidade local;

- A atribuição aos hospitais e centros de saúde algarvios de meios humanos, financeiros e técnicos adequados ao cumprimento da sua missão;
- Reforçar as medidas de incentivo e apoio à fixação de médicos no Algarve, repondo e reforçando com particular ênfase as especialidades mais carenciadas;
- O fim ao processo de fusão dos hospitais de Faro, Portimão e Lagos no Centro Hospitalar Universitário do Algarve, mantendo todos os serviços e valências existentes nestes hospitais;
- A atribuição de médico de família a todos os utentes inscritos nos centros de saúde do Algarve;
- A adopção de medidas necessárias para garantir a resolução de problemas que persistem de falta de material clínico e de medicamentos nos hospitais e centros de saúde do Algarve;
- . Prosseguir com a exigência da eliminar na Lei do modelo C das Unidades de Saúde Familiar;
- . Aumento da capacidade de internamento no Algarve da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados;
- . Melhoria da capacidade de resposta dos cuidados paliativos do Algarve;
- . Aproveitamento pleno das potencialidades do Laboratório Regional de Saúde Pública Dr.^a Laura Ayres;
- A promoção de uma adequada articulação entre os cuidados de saúde primários e os cuidados de saúde hospitalares;
- A melhoria das condições de trabalho dos profissionais de saúde, a reposição dos seus direitos e a dignificação das suas carreiras;
- A reabertura de todas as extensões de saúde encerrados;
- A construção de um novo Hospital de Lagos;

- A construção do Hospital Central do Algarve para a melhoria dos cuidados de saúde pública;
- A melhoria da formação contínua dos profissionais de saúde no Algarve, fomentando a aprendizagem e o aperfeiçoamento de competências.

1.14 Educação

A Constituição da República Portuguesa consagrou e desenvolveu o direito à Educação como elemento central do regime democrático saído da Revolução de Abril. A sua concretização é inseparável da existência de uma escola pública, gratuita e de qualidade. Uma escola que assegure a todos os jovens, independentemente das suas condições económicas e origem de classe, o acesso a todos os graus de ensino e o desenvolvimento da cultura integral do indivíduo.

Ao longo dos anos, tem-se enfrentado uma prolongada ofensiva de matriz neoliberal contra a escola pública em que têm convergido PS, PSD e CDS para moldar o sistema educativo aos interesses do grande capital. Na actual legislatura, com a intervenção do PCP e a luta dos trabalhadores e das populações, foi possível reverter algumas das medidas mais negativas de governos anteriores e fazer avançar outras de carácter positivo, mesmo se notoriamente limitadas e insuficientes. Destacam-se a gratuidade dos manuais escolares para todo o ensino obrigatório, a redução do financiamento público a colégios privados, o fim dos exames no 4º e 6º anos de escolaridade.

A região do Algarve é marcada por profundas assimetrias no que diz respeito à Educação. Os concelhos situados no Litoral têm um maior número de estabelecimentos escolares, em contraste com os situados no Interior e serra algarvia e nos extremos sudoeste e sueste, como Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Monchique e Vila do Bispo.

Relativamente à **rede pública de educação pré-escolar**, esta continua a não dar resposta às necessidades da maioria da população, obrigando as famílias, com horários de trabalho cada vez mais desregulados e a quem são reconhecidos cada vez menos direitos no acompanhamento aos filhos, a procurar respostas privadas nesta área. Também inexistente é uma rede pública de creches e berçários, obrigando as famílias a procurar respostas privadas, que são as únicas existentes, a partir do momento que finda a licença de maternidade e/ou paternidade dos progenitores. Em Alcoutim não existe sequer rede pública de educação pré-escolar e nos restantes concelhos a resposta é manifestamente insuficiente.

No que diz respeito ao Ensino Básico, é de realçar a diminuição do número de estabelecimentos do 1º ciclo. Um processo de encerramento de escolas iniciado no Governo PS/Sócrates e continuado pelo Governo PSD/CDS, levou a que fechassem no Algarve mais de 30 escolas do 1º ciclo. Este facto e o não investimento em construção de novas escolas leva à deslocalização de turmas do 1º ciclo para escolas do 2º ciclo e à constituição de turmas mistas. A dita reorganização da rede escolar baseou-se na gravosa fusão de escolas, com a criação dos mega-agrupamentos e com o encerramento de muitas escolas. Assim se desvalorizou o papel da escola rural, enquanto resposta de proximidade, afastando-a do meio familiar, e optou-se pela centralização em grandes centros escolares, por razões maioritariamente económicas. Em simultâneo, os sucessivos governos foram-se gradualmente desresponsabilizando do seu papel em áreas como as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC), os transportes e refeições escolares, abrindo caminho e disponibilizando recursos públicos a empresas privadas cuja finalidade última é a realização de lucros. É também inexistente uma rede pública que acolha as crianças após o término do período lectivo, numa região onde a actividade económica é mais intensa durante o período das férias escolares. As respostas existentes são, no essencial, no sector privado (embora financiadas com recursos públicos) e apenas ao alcance de certos níveis de rendimento.

Em relação ao **Ensino Secundário**, mantêm-se graves lacunas na medida em que cinco concelhos do Algarve (Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Monchique e Vila do Bispo) não têm resposta a este nível. Os alunos são obrigados a deslocar-se até concelhos vizinhos - alguns a mais de 50 km - para frequentar o Ensino Secundário. Para além de um significativo aumento na despesa familiar, a rede de transportes é desadequada, pois não se articula com os horários e o regime de funcionamento das escolas.

Por outro lado, nos últimos quatro anos, verificou-se um aumento de 50% do número de alunos que frequentam **cursos profissionais ou vias profissionalizantes** , sendo que na região do Algarve esse número ultrapassou os 50%. Sob o pretexto de diversificar as respostas educativas e formativas, sucessivos governos impõem este encaminhamento, muitas vezes de forma precoce, não raro sem atender à vontade dos alunos e das famílias que, na grande maioria, têm reduzidos rendimentos. Efectivamente, quanto maior for o número de alunos em cursos profissionais, mais aliviado fica o Orçamento do Estado para a Educação, pois estes cursos, sejam da responsabilidade de promotor público sejam de operadores privados, são sempre financiados por fundos comunitários.

Uma das marcas distintivas da política de direita em matéria educativa é o **subfinanciamento**. Daí terem sido cortados milhões de euros nos orçamentos destinados à Educação, investimento indispensável para resolver o problema do excessivo número de alunos por turma, da contratação de professores necessários, de auxiliares de acção educativa e outros trabalhadores em falta nas escolas, para além de tornar possível a existência de um conjunto de respostas fundamentais a outras necessidades. O Governo minoritário do PS não reverteu integralmente essa situação.

Presentemente, o Algarve, à semelhança do resto do país, está a ser confrontado com outro problema de extraordinária gravidade que é a **transferência de competências** do Poder Central para o Poder Local. O Governo pretende transferir competências na área da Educação para os Municípios, desresponsabilizando-se do seu papel fundamental no que diz respeito a serviços públicos.

É um engano considerar que a transferência de competências para os Municípios se deve à necessidade de aproximar das famílias os centros de decisão em matéria educativa. Ninguém está mais próximo dos alunos e das suas famílias do que as escolas e os seus órgãos de gestão, pelo que descentralizar deverá passar por um reforço das competências atribuídas às escolas, acompanhadas de outras medidas, nomeadamente financeiras.

Para além disso, exige-se uma **gestão democrática das escolas** como condição necessária ao exercício de uma autonomia verdadeira. Não pode educar para a Democracia uma escola que não se organiza de forma democrática. O Governo, confrontado com a necessidade de democratizar a gestão das escolas, tem respondido com as chamadas *lideranças fortes*, como se essas fossem incompatíveis com princípios de elegibilidade, colegialidade e democraticidade.

Também as associações de pais têm vindo, em muitos casos, a ver o seu papel diminuído, quer através de questões legais, participando apenas no Conselho Geral no quadro dos órgãos de gestão dos agrupamentos e escolas. Fazem-no num "jogo do empurra" levado à prática por esses mesmos órgãos, eximindo-se de responsabilidades sobre a gestão de actividades de enriquecimento curricular, dos prolongamentos de horário ou das actividades de tempos livres. As associações acabam sendo empresas de gestão de actividades, com quadros de pessoal, gestão de receitas e despesas, desviando a atenção dos pais e das associações das questões principais da sua intervenção. É, por isso, necessário recuperar o papel interventivo e organizado dos pais

na vida das escolas, intervindo pela melhoria das condições de ensino, em detrimento da gestão de actividades que são da responsabilidade das escolas e/ou do Estado.

A 9ª Assembleia da Organização Regional do Algarve defende uma política empenhada em:

- Apoiar a escola pública, gratuita e de qualidade, dos valores de Abril, dotando-a de instalações, recursos humanos e financeiros, por forma a garantir o acesso e a igualdade de oportunidades a todos, tal como defendido na Constituição da República Portuguesa;
- Promover condições de acesso ao Ensino Secundário nos concelhos sem essa oferta educativa e/ou adequar horários de transporte e horários escolares para os respectivos alunos;
- Alargar a rede pública do Ensino Pré-escolar, de forma a responder às necessidades das famílias e a serem frequentadas por crianças a partir dos 3 anos;
- Reverter o processo de privatização das cantinas escolares, estando estas na dependência directa dos Agrupamentos Escolares;
- Combater o processo de transferências para as autarquias das escolas, bem como reverter para o Ministério da Educação a gestão das escolas que, entretanto, foram transferidas.

1.14.1 Ensino Superior Público

Pouco se alterou na situação descrita há quatro anos sobre a Universidade do Algarve (UALg), no quadro da rede pública de ciência e ensino superior. Agravou-se em algumas dimensões, quanto mais não seja pela passagem do tempo, em resultado do envelhecimento ou precariedade continuada dos seus quadros e do investimento insuficiente em instalações e equipamentos. As sucessivas políticas até ao actual Governo PS têm feito pesar sobre a UALg a sua posição geográfica periférica (em relação aos grandes centros de ciência e ensino superior portugueses), as desigualdades territoriais e de desenvolvimento e, claro, a lógica volátil e predadora do mercado, cada vez mais presente nos domínios do ensino e da investigação.

Há mais de uma década, a asfixia financeira impende sobre a UALg. As transferências do Orçamento do Estado são insuficientes, sequer, para cobrir os custos com pessoal,

representando, em 2017, somente 82,3% dos mesmos - menos 9,3% do que o verificado em 2010. Os 11,2 milhões de euros do saldo de gerência de 2010 esfumaram-se em quatro anos, tendo sido necessários reforços extraordinários em 2015 e em 2016, de 1,8 e 0,5 milhões de euros, respectivamente. Penalizam a UAlg, em vários domínios científicos, os processos de avaliação de cursos pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior - A3ES, assim como a avaliação e financiamento dos centros de investigação por parte da Fundação para a Ciência e Tecnologia. O acordo assinado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e as Universidades, que fixa a manutenção dos actuais níveis de financiamento até ao final da legislatura, não está a ser cumprido. Sem as compensações financeiras devidas, bloqueiam-se o descongelamento de carreiras, aumentos salariais, regularização de vínculos laborais precários, contratação de investigadores e o cumprimento do regime transitório do Estatuto de Carreira dos docentes do Ensino Politécnico. É também a razões financeiras que se deve a transferência para Gambelas da Escola Superior de Saúde, uma perda patrimonial e simbólica para a UAlg e para a cidade de Faro, sob o pretexto das sinergias potenciadas pela proximidade com áreas científicas afins, sobretudo da Medicina.

A UAlg tem conhecido uma recuperação no ingresso de alunos, fazendo convergir o número de vagas com o dos colocados (2013: 53%; 2018: 82%); esta tendência é genericamente patente no subsistema universitário, mas não no politécnico, penalizando domínios como as Engenharias e Tecnologias. Para esta melhoria contribuem o crescimento dos estudantes internacionais, os ciclos de estudos criados em consórcio, a diversificação moderada da oferta formativa avançada, os concursos especiais de acesso. Persiste o cenário grave de abandono escolar (com níveis superiores à média nacional) e de incumprimento no pagamento das propinas, não obstante a recuperação significativa de montantes em atraso promovida pela instituição. A ligeira melhoria nos rendimentos da população algarvia, alcançada na actual legislatura, não compensa os baixos salários e a precariedade que grassam no Algarve e atingem os estudantes e suas famílias. Sem alterações de substância nas finanças da Administração Local e na estrutura económica regional, assim se compreende também a quebra nas receitas próprias da UAlg, provocada pela diminuição da prestação de serviços. A redução acentuada da oferta de alojamento, que passou a ter utilização turística, e o conseqüente aumento dos preços atingem fortemente os estudantes, portugueses e estrangeiros.

A UAlg vê comprometida a sua capacidade instalada de qualificação, inovação e valorização social e económica do conhecimento. É levada a uma competição desigual

por alunos e financiamento. Atingem-na a aposentação/mobilidade de funcionários docentes e não docentes (no caso destes últimos, a quebra de trabalhadores foi de 18% entre 2010-2016), sem rejuvenescimento dos quadros. Geram prejuízo similar a prática reiterada de contratos a tempo parcial de percentagem mais baixa para assegurar necessidades permanentes, o trabalho gratuito dos bolseiros ou dos que, sendo remunerados, são explorados e privados de um vínculo laboral digno. Tem vindo a ser muito arrastado e discriminatório o cumprimento da lei do emprego científico - não obstante a UAlg ser uma das primeiras instituições a promover concursos internacionais para este efeito - e do programa de regularização dos vínculos precários na Administração Pública, afectando docentes, não docentes e investigadores. Assinala-se ainda a grave discriminação dos docentes e investigadores, no que diz respeito à sua progressão na carreira, congelada desde 2004: por diferença de outras carreiras da Administração Pública, incluindo as do regime geral, apenas progredirão os que tenham tido menção de excelente em seis anos seguidos de avaliação de desempenho.

1.15 Cultura e património

O sector cultural no Algarve, à imagem do que se verifica no resto do país, assiste a uma inversão, ainda que lenta e insuficiente, da tendência de desinvestimento verificada nas últimas décadas, em particular nos quatro anos da Troika. De facto, apesar da recuperação do Ministério da Cultura e do aumento do orçamento a nível central para as instituições e iniciativas culturais, a nível local, com o aumento das despesas dos municípios algarvios em cerca de 30% para a cultura, na realidade subsiste uma insuficiência de recursos humanos e financeiros para esta área. Tais deficiências são visíveis na fraca programação cultural da região, que paulatinamente se vai resumindo a uma série de eventos de entretenimento popular, mascarados de eventos culturais: geralmente enchem as agendas culturais nos meses de Verão, estendendo-se algumas pelos meses de Inverno, mas todas com o intuito dominante de atrair mais turistas. A cultura passa assim a ser entendida como mais um mecanismo de atracção turística, esvaziada dos seus objectivos maiores de emancipação individual e social, de incentivo poderoso ao diálogo das culturas.

Persistem, não sem dificuldades, um conjunto de estruturas maioritariamente profissionais, onde se inserem os vários Conservatórios de Música e Dança, a Orquestra Clássica do Sul e a Companhia de Teatro do Algarve-ACTA, o agora criado Conservatório

Regional de Música de Loulé, entre outros, que têm um papel relevante nas suas áreas de intervenção. Carecem, entretanto, do apoio estatal que lhes dê estabilidade e não ponha em causa anos, ou décadas, de trabalho em formação de utentes e públicos. A uma outra escala, sobretudo assente no Movimento Associativo Popular, as Bandas Filarmónicas, Grupos Etnográficos, Grupos de Teatro, Cineclubes, Associações de Defesa do Património e outras associações culturais e de desenvolvimento local, mantêm, sobretudo na sua área geográfica de intervenção, uma actividade que tenta suprir os vazios deixados pelo circuito cultural institucional, assente sobretudo nos auditórios municipais, bibliotecas e alguns museus. Neste contexto, as populações ficam reféns da vontade e sensibilidades de cada Câmara Municipal para a cultura e o seu papel no desenvolvimento dos indivíduos e da comunidade como um todo. A manutenção das associações é conseguida graças à dedicação das suas direcções e respectiva massa associativa: conscientes da importância do trabalho desenvolvido, por vezes têm força e capacidade reivindicativa junto de autarquias e outros organismos, o que obriga à descentralização de competências em troca de parcos financiamentos que depois são populisticamente rotulados como *apoios à cultura*.

O direito constitucional à criação e fruição culturais deverá ser sempre um argumento na luta pela melhoria das condições de trabalho dos chamados “agentes culturais”. A verdade é que, por sistema, são-lhes reduzidos apoios estatais, ao mesmo tempo que proliferam as falsas teses governamentais de combate à suposta subsidi dependência com o mecenato, os patrocínios, o *crowdfunding* (financiamento colectivo) ou mesmo a criatividade — palavra perversamente repetida pelos governantes que pretendem ligar o maior ou menor sucesso de um projecto cultural à abundância ou escassez deste factor subjectivo.

A preservação do património cultural na região, incluindo o da cultura popular, continua num caminho regressivo de alienação e deterioração, ao mesmo tempo que, em muitos casos, o seu acesso se distancia da população residente em benefício do turismo e da crescente concessão a privados para a realização de eventos. Monumentos emblemáticos de valor nacional, de que a Fortaleza de Sagres é o exemplo mais conhecido, têm sido aparentemente salvaguardados, ainda que, com restrições orçamentais que se reflectem na falta de funcionários e manutenção. Os restantes elementos que também são património das gentes algarvias vão sendo abandonados e esquecidos até à ruína total, destruídos em favor de interesses privados que não raro acabam por os adquirir. Veja-se o caso lapidar do Museu da Cortiça em Silves que tem

sido vítima do jogo de interesses privados, quando urge resgatá-lo para o controlo público e assim pô-lo ao serviço dos silvenses e de quem os visita. A rede museológica e os sítios arqueológicos carecem de meios para a sua dinamização. São necessários investimentos que permitam salvaguardar o seu conjunto (e não apenas alguns espaços) apelativos às escolas, população e visitantes. Faltam recursos humanos em museus e pólos associados, cujo funcionamento em níveis mínimos põe em causa a segurança do espólio de que são guardiões.

No actual contexto de profundas pressões e alterações sobre os tecidos urbanos, é crucial a adopção de políticas e estratégias de salvaguarda do bem-estar das populações, para o qual tanto contribui a conservação e valorização do património cultural.

A 9ª Assembleia da Organização Regional do Algarve defende:

- O apoio à participação e cooperação dos agentes de cultura da região, por forma a garantir uma intervenção planeada, de qualidade e dirigida a vários públicos;
- O apoio ao associativismo artístico e cultural, incluindo às organizações não formais que no terreno promovem não o mero consumo, mas a convivência regular com as artes e outras manifestações culturais;
- Uma política de requalificação e valorização do património edificado, da Fortaleza de Sagres, valorização do Castelo de Aljezur, reabilitação da muralha e torre da Almedina de Silves, preservação do Ribat da Arrifana, intervenção no Castelo de Paderne, reabilitação da Igreja de São Sebastião em Lagos (Património Nacional), reabilitação do Forte de Almádena, na Boca do Rio, em Vila do Bispo, preservação das ruínas romanas de Milreu, reabilitação das muralhas de Lagos (Património Nacional), reabilitação para uso público dos Fortes da Meia Praia, em Lagos, e do Rato, em Tavira.
- O reforço dos recursos humanos da Direcção Regional de Cultura do Algarve.
- A consolidação da descentralização da rede de leitura pública, dotando de meios e formas de articulação entre bibliotecas municipais, escolares e universitárias, com o objectivo de promover as literacias do impresso, do digital e dos *media*;
- O desenvolvimento do ensino das artes e o apoio às estruturas escolares existentes no distrito;

- A conservação e valorização do património cultural, do material ao imaterial, em paralelo com a gestão integrada dos tecidos históricos urbanos e a consolidação da rede museológica e dos sítios arqueológicos;
- A identificação, valorização e preservação do património cultural da região, reabilitando imóveis que possam acolher instituições ou serviços públicos, reconstruindo o edificado, cujo valor histórico justifique a sua preservação, promovendo as tradições, sem artificialismos que melhor sirvam o turismo.

1.16 Justiça

O sector da Justiça não ficou imune aos efeitos da crise mais recente do capitalismo e aos seus desenvolvimentos pela política de direita no contexto português. A resposta às duas questões que se impõem quanto a esta matéria - 1) é, hoje, a justiça mais independente? e 2) é, hoje, a justiça mais acessível? – parece ser negativa, não obstante alguns ligeiros avanços que são indissociáveis da iniciativa do PCP. Com efeito, a situação presente é o resultado de um conjunto de políticas, adoptadas nas últimas décadas, que visam enfraquecer o poder judicial, limitar a independência dos tribunais, governamentalizar e partidarizar a justiça. Há uma crescente tendência de desjudicialização e privatização da Justiça, que urge combater, em resultado da entrega dos processos de inventário aos Notários, da entrega das execuções a agentes privados, bem como as insolvências. A somar a estas matérias há ainda a promoção da arbitragem como alternativa aos Tribunais, escolha assumida pelo Estado em diversas ocasiões, com evidente prejuízo seu.

Muitos problemas têm-se arrastado sem solução à vista, fazendo com que a realidade dos Tribunais seja diariamente marcada pelas dificuldades emergentes dos procedimentos e processos. A duração dos processos frustra com frequência os cidadãos e uma teia mediática cria a ilusão, no campo do Direito Penal, de que a pena eficaz é a exemplar e não a justa e tempestiva. Ao mesmo tempo, os direitos fundamentais e as regras basilares de convivência a muito custo vão sendo garantidos.

A Reforma do Mapa Judiciário, levada à prática pelo Governo PSD/CDS, não foi revertida pelo actual governo minoritário do PS, pelo que, não obstante uma ou outra aparente correcção, como a que se verificou em Monchique, os problemas provocados pela concentração de serviços nuns tribunais e o encerramento de serviços noutros continuam a impor uma justiça mais distante, mais cara e de classe. Com especial relevância, na

região, é o facto de existir apenas um Juízo de Comércio em Olhão (apesar de estar em consideração a criação de um juízo de comércio em Lagoa), obrigando trabalhadores de toda a região a deslocar-se àquela cidade para participar em audiências relacionadas com insolvências.

Os Tribunais algarvios continuam a não estar dotados de meios humanos, logísticos e financeiros adequados, geridos pelo sector da Justiça e com verdadeira independência. Faltam juízes e magistrados do Ministério Público, não obstante as alterações que têm vindo a ser feitas nos quadros. No final de 2017, na Comarca de Faro, que agora abrange todo o Algarve, o número de juízes era de 61, em número inferior a 2014; embora se enquadre nos mínimos do quadro de juízes, é ainda assim insuficiente. Já os magistrados do Ministério Público são 70, quando, de acordo com o quadro, deveriam ser 73. Em relação aos funcionários judiciais, não obstante os esforços dos últimos anos, continua a haver carências, em algumas situações – nomeadamente os escrivães-adjuntos no Tribunal de Comarca de Faro – com défices que atingem os 29,5%. Em Loulé, a falta de oficiais de justiça, entretanto corrigida, levou a que, em 31 de Dezembro de 2017, o Juízo Local Criminal de Loulé tivesse uma pendência oficial superior em 45,7% à média dos restantes juízos com a mesma competência.

A degradação das infraestruturas é ainda visível, sendo necessárias obras um pouco por toda a região. No que diz respeito às instalações, principalmente em Faro, continua por implementar uma solução definitiva que passará pela construção de um edifício onde se reúnam todas as secções e serviços da comarca de Faro instaladas na cidade e que neste momento estão dispersas por três edifícios distintos.

Voltando a uma reivindicação que não é de agora, continua por concretizar no Algarve a implementação do Tribunal da Relação. Apesar da revogação, em 2013, do Decreto-Lei 186-A/99, de 31 de Maio, continua actual a sua exigência, já que a criação de um Tribunal da Relação na região permitiria um novo fluxo de movimentação processual no Sul do país, libertando-se uma substancial percentagem de processos actualmente em Évora.

Continuam também por implementar no Algarve os Julgados de Paz, experiência que se revela positiva nos concelhos do país onde já funcionam e que permitiria retirar dos tribunais um conjunto de processos cuja natureza não justifica a sua exclusividade, conforme a lei consagra.

O sector prisional tem conhecido uma continuada degradação no seu funcionamento, com repercussões negativas quer nas condições de detenção ou nos direitos dos profissionais, quer, sobretudo, na sua função ressocializadora. Se é um dado inquestionável o sobrelotamento das prisões portuguesas, a construção de um novo estabelecimento prisional no Algarve continua a não concretizar-se. Assim sucede sem qualquer justificação, não obstante a intervenção do PCP nessa matéria, nomeadamente com a recomendação, aprovada na Assembleia da República, da construção do estabelecimento prisional em São Bartolomeu de Messines, em Silves.

Por tudo isso, **a 9ª Assembleia de Organização propõe:**

- Uma nova política de promoção de uma justiça verdadeiramente independente e mais acessível às populações, revertendo-se o crescente fenómeno de privatização da justiça que é um verdadeiro obstáculo à concretização da mesma;
- A reposição do mapa judiciário em vigor antes da reforma levada a cabo pelo Governo PSD/CDS, em 2014, bem como o desenvolvimento de outras medidas que conduzam à aproximação da justiça às pessoas;
- A dotação dos Tribunais algarvios de meios humanos, logísticos e financeiros adequados, geridos pelo sector da Justiça e com verdadeira independência;
- A dotação de infraestruturas dignas e adequadas neste sector que permitam a prestação de um melhor serviço às populações, oferecendo ao mesmo tempo melhores condições de trabalho aos seus trabalhadores;
- A implementação no Algarve do Tribunal da Relação e dos Julgados de Paz;
- A construção do estabelecimento prisional em São Bartolomeu de Messines, bem como a dotação justa dos estabelecimentos prisionais do Algarve, por forma a garantir meios humanos e logísticos adequados à persecução dos seus fins e aos direitos dos profissionais que neles trabalham.

1.17 Poder Local

Passados quatro anos depois da realização da 8ª Assembleia da Organização Regional, constata-se a existência de 16 municípios na região e 67 freguesias, menos 17 que foram geminadas, em função do processo de liquidação de freguesias acordado por PS, PSD e CDS. Pela sua reposição o PCP e os eleitos da CDU têm vindo e continuarão a lutar. O Poder Local na região constitui uma importante realidade, pese embora a hegemonia do

PS que, nas eleições de 2017, manteve a presidência de 10 câmaras, reforçando o número de votos e obtendo maioria absoluta em todas elas. O PSD manteve a presidência de 5 câmaras municipais. Estes dois partidos detêm a maioria das autarquias na região, com a excepção das Freguesias de Silves, São Bartolomeu de Messines e Santa Bárbara de Nexe e do Município de Silves, recuperado, em 2013, pela CDU, que manteve, na eleição de 2017, a presidência, reforçando o poder com maioria absoluta.

O aumento das receitas dos impostos indirectos, IMI e IMT, veio compensar alguns aspectos de ordem financeira de vários municípios da região, facilitando o pagamento de dívidas a terceiros, a liquidação do PAEL, assim como a recuperação de alguma capacidade de investimento. Todavia, este alívio não liberta os municípios nem elimina aspectos marcantes do Poder Local na região que continuam presentes e longe da sua resolução. Veja-se o desastre financeiro da Câmara de Vila Real de Santo António. Os problemas financeiros das autarquias locais são sobretudo o resultado dos sucessivos cortes orçamentais, fruto das opções erradas das maiorias PS e PSD que se instalaram e capturaram o Poder Local. As crescentes limitações à sua autonomia são determinadas pela acção dos governos PS e PSD/CDS-PP e presentemente do actual governo minoritário do PS. A imposição às autarquias primeiro dos chamados Planos de Apoio à Economia Local e do Fundo de Apoio Municipal, coarcta a autonomia dos municípios, obriga-os a aumentos de preços, a despedimentos e à venda de património. Daí igualmente uma quebra acentuada do investimento em equipamentos necessários às populações. Soma-se a crescente transferência de competências da Administração Central para as Autarquias: está na ordem do dia um mega pacote de mais competências de que não se conhecem os respectivos meios financeiros e outros e a que se opuseram os eleitos da CDU. Nessa conformidade, a Assembleia Municipal de Silves rejeitou tais transferências para 2019.

Regista-se também neste período, o reforço do protagonismo da AMAL – Associação de Municípios do Algarve, estimulado quer pela política de sucessivos governos quer pelas ambições locais de alguns protagonistas do PS e do PSD. Em regra, a sua intervenção tem-se pautado pela tentativa de usurpar competências às autarquias, em vez de potenciar o associativismo municipal, como forma de articular a gestão de meios e do território.

Acrescem os problemas de um território, onde alguns concelhos assistem durante o Verão ao duplicar e até triplicar da sua população. Do ponto de vista das infraestruturas, dos

equipamentos, das políticas de gestão urbanística e de solos, o Algarve não aproveitou todas as possibilidades abertas pela conquista do Poder Local Democrático, com a Revolução de Abril. Em contraste com esta realidade, destaca-se o papel dos **eleitos comunistas e de muitos outros democratas** que, no quadro da CDU, têm uma intervenção comprometida com o interesse das populações.

Entre 2013 e 2017, o reforço de eleitos e mandatos da CDU permitiu derrotar medidas que visavam a retirada de direitos às populações e o aprofundamento do saque por via de taxas e tarifas municipais. Permitiu também fazer importantes conquistas, como a da aplicação das 35 horas de trabalho na maioria das câmaras algarvias, sendo que a primeira a aplicar tal medida foi a autarquia de Silves. Com as eleições de 2017, que levaram à perda de quatro vereadores nos concelhos de Faro, Olhão, Lagos e Portimão, viram-se reduzidas as possibilidades de intervenção. No entanto, neste primeiro ano de mandato autárquico, tem sido possível não só combater com firmeza as opções de PS e PSD – a descentralização de competências, a chamada taxa turística, a privatização de serviços –, como afirmar o projecto alternativo da CDU, com destaque para o trabalho realizado pelo Município de Silves e o seu justo reconhecimento por parte das populações.

A realidade demonstra a necessidade e possibilidades de afirmação do projecto autárquico da CDU, assente no **trabalho, honestidade e competência**, como elementos que o distinguem, na resposta às necessidades das populações, na defesa dos direitos dos trabalhadores das autarquias, da participação e mobilização das populações em defesa dos seus direitos, na defesa dos serviços públicos e da água pública, na recusa pelos eleitos da CDU de privilégios e benefícios pessoais, afirmando-se como a única alternativa à gestão PS/PSD que dominou a região nas últimas décadas.

1.18 Regionalização e desenvolvimento regional

A regionalização de Portugal é um imperativo constitucional que, desde 1976, continua por cumprir. A regionalização não se confunde com a autonomia atribuída às regiões autónomas da Madeira e dos Açores. Trata-se da criação de autarquias de base regional, intermédias entre a Administração Central e o Poder Local, para a resolução de

problemas a uma escala superior à do município e adequadas a uma faixa regional do território nacional, definida por lei.

Em vez de cumprirem este imperativo constitucional, os sucessivos governos de PSD, CDS e PS optaram pela desconcentração administrativa, baseada nas cinco NUT's que criaram, às quais foram atribuídas funções e territórios, como se de verdadeiras regiões administrativas se tratasse. A União Europeia aprova esta farsa, aceitando as Comissões Coordenadoras do Desenvolvimento Regional (CCDR's) como interlocutoras na gestão dos fundos estruturais.

PS, PSD e CDS sempre se serviram da regionalização como bandeira eleitoral, traido depois a confiança dos eleitores, na ilusão de que estariam dispostos a cumprir este desígnio constitucional. A realidade veio demonstrar que, no exercício do poder, tem imperado a veia centralista que favorece os interesses das classes dominantes.

O Algarve, sem ser região administrativa, é hoje uma região que a UE considera estar a sair do Objectivo I, passando para "região de transição", por mero efeito estatístico, o que prejudica a atribuição de fundos comunitários.

O processo de transferência de competências e de encargos para os municípios que resulta de um acordo PS-PSD, firmado em 2018, não só se traduziria (a ir por diante) numa degradação dos serviços públicos e no estrangulamento do Poder Local, com prejuízo para as populações, como constitui também uma forma de afastar a possibilidade de criação de regiões administrativas.

Sublinha-se, entretanto, o crescente encerramento de estruturas de apoio ao desenvolvimento e planeamento regionais, designadamente nos sectores da Educação, Saúde, Agricultura, Pescas, Portos e Economia.

A situação do Algarve confirma a necessidade de continuar a apontar o objectivo da regionalização, nos termos determinados pela Constituição da República Portuguesa e, nessa mesma base, que o Algarve detém todas as condições para ser uma Região Administrativa.

2 Luta, organizações e movimentos de massas

2.1. A luta dos trabalhadores

Nestes quatro anos que separam as duas Assembleias de Organização Regional, ficou provado o papel determinante da luta de massas na transformação social e de intervenção para a construção da alternativa política capaz de responder aos graves problemas económicos e sociais resultantes de mais de quatro décadas de política de direita no nosso país.

O Movimento Sindical Unitário, os trabalhadores no quadro dos seus sindicatos de classe filiados na CGTP-IN e nas Comissões de Trabalhadores, estiveram na primeira linha da resposta à brutal ofensiva desenvolvida pelo anterior governo de PSD/CDS, e são agora, na nova fase da vida política nacional, o factor decisivo de reposição, defesa e conquista de direitos.

No final de 2014 e até outubro de 2015, a luta dos trabalhadores foi centrada no combate ao empobrecimento e exploração em curso, como demonstram muitas acções de convergência regional e nacionais, a par da luta nos locais de trabalho e sectores. Foram elas o factor de isolamento e derrota do então governo PSD/CDS. De destacar neste período o “Dia Nacional de Indignação, Acção e Luta!”, em Novembro de 2014; o percurso regional da Marcha Nacional da CGTP, em Dezembro de 2014; a Manifestação Regional da USAL, em Março de 2015.

No seguimento das eleições de 2015, o então Presidente da República Cavaco Silva, tentou manter o derrotado governo do PSD/CDS em funções, e no mês de Novembro, a CGTP-IN marcou duas manifestações nacionais em Lisboa, para exigir o cumprimento do resultado eleitoral, ou seja, o afastamento do PSD e do CDS do governo. Estas foram outras expressivas acções de exigência de um outro rumo para os trabalhadores e o país.

Com a alteração da correlação de forças na Assembleia da República, saída do resultado eleitoral, iniciou-se uma nova fase da vida política nacional que abriu a possibilidade de defender, repor e conquistar direitos e rendimentos. A luta dos trabalhadores tem sido desenvolvida principalmente nos locais de trabalho e empresas, centrando-se nos problemas fundamentais dos trabalhadores: salários, horários de trabalho, precariedade, defesa dos direitos da contratação colectiva.

Foram também inseparáveis desta nova dinâmica, animando e dando mais força às lutas sectoriais e nos locais de trabalho, algumas iniciativas nacionais convocadas pela CGTP-IN, como a “Marcha Nacional em Defesa da Escola Pública”, em Junho de 2016, e as manifestações de 18 de Novembro de 2017, 9 de Junho e 15 de Novembro de 2018 pela valorização do trabalho e dos trabalhadores.

Neste quadro nacional, os trabalhadores algarvios acompanharam e deram resposta positiva à participação nas muitas iniciativas nacionais acima enumeradas e no desenvolvimento da luta e acção reivindicativa na região.

O 1º de Maio no Algarve continuou a ser um grande momento de luta convergente dos trabalhadores algarvios, já que o Dia do Trabalhador e a manifestação pelas ruas de Faro são, em cada ano, a expressão maior da luta organizada e reivindicativa dos trabalhadores algarvios.

As comemorações populares do 25 de Abril em Faro, organizadas pela USAL e outras estruturas unitárias, assumiram um importante papel de valorização e divulgação dos valores da Revolução e também foram palco de intervenção reivindicativa por melhores condições de trabalho e de vida.

A luta na região fez-se pelo aumento geral dos salários e do Salário Mínimo Nacional; pelo emprego com direitos; contra a precariedade; contra a desregulação e pela redução dos horários de trabalho, nomeadamente pelas 35 horas semanais; pela revogação das normas gravosas da legislação laboral; pela valorização da negociação colectiva, contra a caducidade dos contratos colectivos de trabalho e pela reintrodução do princípio de tratamento mais favorável ao trabalhador; pela defesa e valorização dos serviços públicos e funções sociais do Estado; pelo descongelamento das carreiras na Administração Pública; contra municipalização e privatização de serviços públicos; contra a repressão patronal a trabalhadores e representantes sindicais;

Das muitas lutas sectoriais e em locais de trabalho desenvolvidas na região, sendo que muitos problemas são transversais a vários sectores, é de salientar a luta: nas autarquias locais pelo horário semanal de 35 horas, pelos 25 dias de férias e contra a privatização de serviços públicos; na hotelaria, contra a repressão patronal, os baixos salários e pelo pagamento justo dos feriados; no comércio e serviços contra a desregulação de horários e pela aplicação integral da contratação colectiva; no Aeroporto de Faro, contra vários processos de despedimento colectivos (Portway) ou pelo respeito da legislação laboral (Ryanair); no sector das águas e resíduos, pela contratação colectiva (Algar; Águas do

Algarve); no sector das telecomunicações, contra os despedimentos forçados na PT; no sector rodoviário de passageiros, pelo aumento dos salários e contra as discriminações no grupo EVA; na Administração Pública, contra a falta de pessoal não docente nas escolas; na educação, em defesa da escola pública e pelo acesso à progressão nas carreiras; na área da saúde, pela aplicação das 35 horas para todos, pela valorização salarial e contratação de mais trabalhadores; nas pescas, com a luta dos mariscadores por melhores condições de trabalho e em defesa da Ria Formosa; no sector ferroviário, contra a degradação do transporte ferroviário na região e pela contratação de mais trabalhadores; entre muitas outras.

O Partido procurou acompanhar o Movimento Sindical Unitário nas muitas lutas desenvolvidas na região, participando e dinamizando a sua realização, apoiando com presença solidária e intervenções institucionais, valorizando as acções e vitórias alcançadas, apontando caminhos e soluções de luta.

2.2 Papel e intervenção do Movimento Sindical Unitário (MSU)

O Algarve sofre o impacto profundamente negativo das políticas de exploração e empobrecimento do anterior governo PSD/CDS e do efeito nefasto de 42 anos de política de direita, onde foram liquidados milhares de postos de trabalho, encerraram centenas de empresas, alastram os baixos salários, a precariedade laboral e a emigração.

A acção desenvolvida pelo MSU na região continua confrontada com dificuldades resultantes da grave situação económica e social da região, mas também com a acção do patronato que põe entraves à intervenção e organização sindical nos locais de trabalho, exerce velhas e novas formas de repressão e discriminação e recusa ceder no plano dos direitos dos trabalhadores.

O MSU na região tem dirigido a sua luta, de acordo com as orientações centrais da CGTP-IN, para que a prioridade seja, a partir dos locais de trabalho e empresas, avançar na reposição e conquista de direitos e rendimentos, e para que se desenvolva toda uma linha de reforço da organização sindical, designadamente com o aumento da sindicalização e a eleição de mais delegados sindicais.

Outros importantes passos têm sido dados no sentido do reforço do MSU e suas estruturas e na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, com o reforço e rejuvenescimento das direcções, a discussão e tomada de medidas de reorganização administrativa e financeira, a firmeza de posições de não cedência de direitos em

negociações com o patronato, a defesa da contratação colectiva, a apresentação de cadernos reivindicativos, etc.

Apesar do esforço, registam-se insuficiências na actividade sindical em locais de trabalho prioritários na região, atrasos na intervenção sindical e conseqüente transformação de problemas em reivindicações e desenvolvimento de formas de luta. Acrescem a insuficiência na ligação da apresentação de cadernos reivindicativos ao envolvimento dos trabalhadores com acções de luta, na valorização junto dos trabalhadores das lutas e das vitórias alcançadas, na eleição de representantes para a saúde e segurança no trabalho.

A sindicalização efectuada ainda não recuperou as saídas por desemprego e emigração registadas em anos anteriores, quando se fazia sentir a ofensiva do anterior governo PSD/CDS. Para tal tem contribuído a grande precariedade, a repressão patronal, mas também insuficiências próprias, o que acaba por ser também um problema no valor das quotizações.

A USAL realizou o seu 9º Congresso neste ano de 2018, no mês de Junho. A par da reafirmação das linhas de luta pela reposição e conquista de direitos, por melhores condições de vida e trabalho, traçou orientações de reforço sindical, para que este esteja mais preparado e forte, para dar mais força à luta dos trabalhadores e à defesa e afirmação da sua natureza de classe e dos princípios de unidade, democracia, solidariedade, independência e de massas que definem a CGTP-IN e as suas estruturas sindicais.

2.3 A luta e as organizações de mulheres

A Revolução de Abril trouxe às mulheres direitos fundamentais que é necessário continuar a defender e consolidar.

No Algarve especialmente, muito por causa da mono-actividade do turismo, com uma grande percentagem de mão-de-obra feminina, as mulheres são as primeiras a serem despedidas e a engrossar a coluna dos desempregados na região; a verem os seus salários diminuírem numa primeira linha de ataque ao valor pago pela força de trabalho, tanto na diminuição drástica dos salários e no aumento e desregulação dos horários de trabalho, mas também com um aumento exponencial da carga de trabalho; a sofrerem as conseqüências da degradação do SNS; a assegurarem a responsabilidade na gestão dos cada vez mais magros orçamentos familiares; a verem condicionado o seu direito à maternidade e no apoio à família.

As várias formas de violência, incluindo a violência doméstica, o desenvolvimento de concepções que visam a legalização da prostituição, são realidades que dão força e actualidade à necessidade de se prosseguir a luta pela dignificação e defesa dos direitos das mulheres, sendo igualmente importante a mobilização convergente das mulheres com o conjunto dos trabalhadores pelo aumento dos salários e pelo trabalho com direitos.

No plano unitário, o Movimento Democrático de Mulheres (MDM), com os seus núcleos de Faro e Lagos, tem tido uma intervenção que revela a importância do desenvolvimento da luta e da mobilização das mulheres para a emancipação e transformação da sua condição social e para a efectiva igualdade de direitos. As comemorações do 50º aniversário do MDM, bem como o XX Congresso desta organização, em 2018, dão nota disso mesmo. Destacam-se a realização da manifestação nacional de mulheres, realizada em 2017 e 2018, no quadro do 8 de Março – Dia Internacional da Mulher, assim como as iniciativas comemorativas daquela data que decorrem em várias localidades da região. Destacam-se ainda um conjunto de iniciativas com âmbitos e objectivos diversos nos concelhos de Lagos, Faro e Silves, designadamente em torno: da valorização do papel da mulher no Poder Local Democrático; da solidariedade com o Povo da Palestina; do tráfico de mulheres e crianças; da saúde da mulher.

2.4 A luta e as organizações de reformados

Consequência de anos sucessivos de política de direita, os reformados continuam a ser uma das camadas sociais mais frágeis e vulneráveis. Urge inverter e combater a tendência de determinadas organizações sociais que abdicaram de reivindicar ou de exigir o cumprimento da Constituição da República Portuguesa, nomeadamente o direito à reforma, à saúde e aos demais direitos sociais para quem trabalhou uma vida inteira.

Fruto da nova fase da vida política nacional, travou-se o rumo de cortes nas pensões e reformas, mas mantém-se um vasto conjunto de áreas onde é necessário continuar a luta por outro caminho. É o caso das taxas moderadoras, do encerramento de serviços públicos, das responsabilidades dos reformados na comparticipação das despesas dos seus descendentes desempregados.

O movimento associativo dos reformados, que no Algarve envolve várias associações (designadamente em Silves, Faro, VRSA), deve dar resposta ao descontentamento e à necessidade de intervenção no actual momento. Com diferenças de associação para

associação, o facto é que, para além da resposta a necessidades culturais, de convívio e outras, a luta em defesa dos interesses e aspirações desta camada da população tenderá a ganhar uma maior centralidade.

Prova disso são as várias acções promovidas no Algarve pela Confederação MURPI, com destaque para as várias edições do Piquenício e para as comemorações do Dia Internacional do Idoso, bem como um conjunto de tribunas públicas, concentrações e manifestações que se realizaram, nomeadamente em Faro.

Inseparável da acção dos comunistas, a elevação do nível de intervenção das associações de reformados na defesa dos seus direitos e aspirações, a afirmação do MURPI e a criação de associações de reformados onde elas não existem são uma necessidade à qual será necessário continuar a dar resposta.

Nas organizações locais do Partido é preciso também tomar medidas mais assertivas, no sentido da organização dos camaradas reformados, através de acções específicas.

2.5 A luta e as organizações de juventude

A juventude sofre as consequências de décadas de política de direita nas mais variadas esferas da sua vida, colocando obstáculos à sua formação, à organização da sua vida e à satisfação das suas necessidades, direitos e aspirações.

No acesso à educação, são visíveis as consequências de uma política de subfinanciamento do sistema público e de elitização da escola, registando-se a manutenção de custos de frequência e insuficiências nos apoios sociais. Apesar de importantes avanços, de que se destacam a redução do valor das propinas e o alargamento da gratuidade dos manuais escolares até ao 12º ano de escolaridade, tem imperado a transferência da responsabilidade de financiamento do ensino do Estado para os estudantes e as suas famílias.

Acentua-se a profissionalização do ensino e uma política que aprofunda o sistema dual, afastando os filhos dos trabalhadores de uma formação integral para uma formação mais técnica e superficial. Largas camadas da juventude estão sujeitas ao desemprego e à precariedade, factores que comprometem a estabilidade da sua vida e o seu sentido de futuro, assim como aumentam a sua exploração e empobrecimento.

No mundo do trabalho, como no ensino, generalizou-se o recurso a estágios, promovido por governos e patrões, garantindo mão-de-obra barata ou mesmo gratuita. Promovem-se com igual força as ideias de “procura activa de emprego” ou “criação do próprio emprego”, a partir de programas e apoios ao “empreendedorismo”, a par de outras fugas e ocupações que atrasam a tomada de consciência, como a promoção do chamado “voluntariado”.

O movimento associativo estudantil do Ensino Básico e Secundário depara-se também no Algarve com dificuldades várias, como a tentativa de eliminação do carácter político e reivindicativo das associações, com ingerências por parte de directores na vida das associações de estudantes ou em processos eleitorais. É também de salientar que a maioria dos estudantes não conhece os seus direitos associativos. No Ensino Superior, nomeadamente na Associação Académica da UAlg, assistimos à tentativa da sua instrumentalização no sentido do afastamento dos estudantes da discussão e da participação democrática e da necessária luta em defesa do ensino superior público, gratuito e de qualidade.

O movimento associativo juvenil tem encontrado no plano nacional, espaços de convergência e unidade em torno da luta pela paz, na defesa dos direitos da juventude e dos valores de Abril. Esta dinâmica tem expressão em iniciativas como o Acampamento pela Paz, cuja edição de 2016 se realizou em Silves.

A relação da JCP e do PCP deve ser de cooperação e articulação no desenvolvimento do trabalho. A JCP é a organização de juventude do Partido, fundamental na ligação aos jovens e o seu principal instrumento para a elevação da consciência política e ideológica do movimento juvenil e tem um papel de extrema importância no recrutamento de novos militantes e na formação de quadros para o Partido. A organização do Partido deve desempenhar também a sua intervenção para o reforço da JCP, para a divulgação das posições do Partido e para o rejuvenescimento da sua base militante e de quadros.

2.6 Movimento Associativo Popular

O Movimento Associativo Popular (MAP), constituído por associações nos âmbitos da Cultura, Recreio, Desporto e Social, desenvolve-se assimetricamente na região e em cada uma destas suas áreas de intervenção.

Apesar da dedicação de dirigentes, associados e activistas, o seu trabalho fica demasiadas vezes dependente dos meios que são disponibilizados, ou não, pela vontade oscilante das entidades que, por natureza e responsabilidade, o deveriam apoiar. Ainda assim, o MAP continua a ter um extraordinário papel nos domínios da cultura, desporto, juventude, património e participação cívica.

A nova fase da vida política nacional, com a derrota do governo PSD/CDS, em 2015, permitiu um conjunto de avanços que contrariaram o sentido de desinvestimento marcado pelos anos de intervenção da Troika, com os sucessivos cortes orçamentais por parte do Governo e dos seus ministérios.

A reposição do Ministério da Cultura, apesar de representar um sinal positivo, pouca repercussão tem tido no MAP. No que diz respeito a apoios para a Cultura no Algarve, o MAP tem encontrado sobretudo resposta no programa Algarve 365, da tutela do Ministério da Economia.

Nas autarquias, a situação é variável, com casos em que houve reforço, com contratos-programa, apoios pontuais ou outra forma de financiamento, enquanto que noutras situações se mantêm os constrangimentos, inclusive com recuos assumidos em diversas formas de apoio.

Sendo as associações constituídas em grande medida por sócios e dirigentes que são trabalhadores por conta de outrem, cada alteração da sua situação laboral tem reflexos no funcionamento destas estruturas, cuja actividade assenta em dirigentes voluntários, benévolos e eleitos.

No Algarve, também a Lei dos Despejos e as obrigações fiscais impostas ao movimento associativo afectaram muitas colectividades da região: muitas ficaram com a sua actividade em risco, registando-se vários casos de despejos em curso, sem garantias de continuidade.

A Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto tem vindo a desenvolver a sua actividade na região, aprofundando um trabalho de apoio e reivindicação para a superação de dificuldades e para o reconhecimento do trabalho e papel do MAP.

2.7 A luta e as organizações de agricultores

As associações e cooperativas de agricultores e de produtores na região têm tido um acompanhamento mais intenso por parte do Partido, levando-lhes as nossas posições e intervenções em defesa da produção nacional e recolhendo as suas preocupações e aspirações para o sector, o que nos permitirá ter uma melhor intervenção no futuro.

Destacam-se as associações de produtores de diverso tipo – citrinos, mel, medronho, floresta, vinho, etc. – cuja actividade tem estado fundamentalmente centrada na prestação de serviços aos seus associados, mas também na divulgação de problemas com os quais se confronta a agricultura familiar.

No plano da luta deste sector, cujo nível de estruturação é muito baixo no Algarve, destaca-se também a crescente presença da CNA na região, com acções de contacto e esclarecimento dos agricultores, ainda que não tenha sido ainda concretizada a criação de uma associação de carácter regional que articule o trabalho com esta confederação. Entre os diversos processos de luta, destacam-se as acções desenvolvidas pelos produtores de Silves pelo acesso à água (2017/2018), reclamando investimentos há muito reivindicados; as acções promovidas pela CNA, com produtores de citrinos, contra a grande distribuição (2017).

2.8 A luta das populações em defesa dos serviços públicos

A situação dos serviços públicos é claramente marcada pelas consequências de décadas de política de direita, brutalmente agravada pelo Governo PSD/CDS. A situação actual está longe de estar invertida e muito menos revertida. O actual Governo minoritário do PS continua submetido às imposições da UE e do Euro e aos interesses do grande capital. Em vez de responder ao atendimento de proximidade, tem mantido o estrangulamento financeiro dos serviços públicos, levando ao justo descontentamento e luta das populações.

Afectadas pela extinção ou transferência de serviços para locais distantes que os tornam inacessíveis ou com custos de deslocação inabarcáveis, as populações têm vindo a reagir, com maior ou menor capacidade de organização e mobilização, convergindo na realização de acções reivindicativas e de protesto. São exemplo na região, nestes últimos quatro anos: acções dos vários movimentos de utentes dos serviços públicos, em Lagos,

Portimão e Faro, em defesa dos respectivos hospitais e contra o encerramento de serviços; em Bordeira, pela abertura da extensão de saúde; em Aljezur e Messines, contra a degradação do Centro de Saúde; em Vila Real de Santo António, contra o encerramento da escola do 1º ciclo do EB; nas freguesias de Monte Gordo e Montenegro (Faro), contra o encerramento de balcões da CGD; em Portimão ou Lagos, contra o encerramento de balcões dos CTT. Evidenciam-se igualmente várias acções desenvolvidas contra as portagens na Via do Infante, pela requalificação da EN125, da EN124 ou do IC1; em São Marcos da Serra, pela paragem dos comboios; em Faro, pela valorização da Linha do Algarve.

Com diferentes características, trata-se de acções em que as populações participam com o seu genuíno descontentamento, demonstrando que a resistência às injustiças tem sempre possibilidade de crescer e de se organizar.

2.9 A luta pela paz, pela liberdade e pela democracia

A luta pela paz, pela democracia, pelos direitos dos povos e pela liberdade assumem um papel determinante, cumpridos 44 anos sobre a Revolução de Abril, num quadro em que em Portugal e no mundo se intensifica a ofensiva contra os direitos dos povos, se ameaçam liberdades e a paz, avançam concepções e forças de cariz fascista, aumentam os cenários de guerras e de ameaças, o número de refugiados e migrantes, fugidos das guerras iniciadas pelo Ocidente, da fome e da miséria.

Sendo inseparáveis das trágicas derrotas do socialismo no Leste da Europa, do avanço do imperialismo no plano mundial, o ressurgimento de governos pró-fascistas e de extrema-direita, nomeadamente na Europa, o aprofundamento da política de direita e de reconstituição dos monopólios no nosso país, reclamam que se intensifique a unidade entre democratas e patriotas em defesa dos valores e ideais de Abril, da Constituição da República e da paz.

Neste âmbito, têm particular significado as iniciativas levadas a cabo no Algarve pela URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses, no âmbito das comemorações do 44º Aniversário do 25 de Abril, com a realização de debates na região sobre a resistência ao fascismo, o lançamento do livro *Forte de Peniche, Memória, Resistência e Luta*, valorizando a recuperação daquela cadeia política, para aí se instalar um Museu em memória de todos quantos aí estiveram encarcerados.

É de salientar a reactivação do Núcleo do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) no Algarve que já conta com dezenas de aderentes e que reúne regularmente. Prova disso são as inúmeras iniciativas promovidas pelo CPPC, em conjunto com o Sindicato dos Professores da Zona Sul, no âmbito da Educação para a Paz, percorrendo escolas de todo o distrito. Foram várias os eventos culturais organizados em parceria com autarquias, associações culturais da região. Registaram-se neste período avanços das acções no âmbito do Movimento da Paz em vários concelhos da região – Silves, Loulé, Faro, Olhão, Vila Real de Santo António –, com o apoio de municípios da região. De valorizar ainda a iniciativa promovida pelo Município do Seixal, "Movimento Municípios pela Paz", do qual fazem parte os municípios algarvios de Lagos, Silves, Loulé e Vila Real de Santo António, os quais têm desenvolvido actividades ligadas à educação para a paz.

De acordo com a Constituição da República Portuguesa, nomeadamente no seu Art.º 7º, o povo português deu e continuará a dar exemplos da sua convicção na resolução pacífica dos conflitos, tendo a seu lado o PCP, antes e depois da Revolução de Abril, na linha da frente para a luta e o esclarecimento. Por outro lado, a permanente discussão pública e o esclarecimento são potenciados pela intervenção de organizações e movimentos que, no plano unitário, envolvem outros democratas e patriotas, defensores dos valores de Abril, pelo que o reforço destas estruturas deverá ser uma prioridade.

2.10 Batalhas e resultados eleitorais

No período que decorreu entre as duas Assembleias, o Partido foi chamado a responder às exigências colocadas por três batalhas eleitorais: eleições legislativas, em Outubro de 2015; eleições para a Presidência da República, em Janeiro de 2016; eleições autárquicas, em Outubro de 2017.

Nos resultados eleitorais são de destacar os seguintes aspectos:

- A eleição de um deputado da CDU pelo Algarve, nas eleições legislativas de 2011 (vinte anos depois da sua perda, e confirmada novamente em 2015), constitui uma vitória dos trabalhadores e do povo do Algarve. Nas eleições legislativas destaca-se a profunda derrota infligida à maioria PSD/CDS, perdendo cerca de 40 mil votos e dois deputados na região, reduzindo a sua expressão eleitoral a 31,47%, quando tinha alcançado cerca de 50% nas eleições precedentes. Embora tenha sido a força política mais votada no Algarve, com 32,7%, o PS ficou muito longe dos seus

objectivos. Tal situação é inseparável do crescente reconhecimento por parte da população algarvia do papel que este partido tem desempenhado ao serviço da política de direita. A votação alcançada pelo BE na região, beneficiando de motivações muito diversas, foi também inseparável da promoção desenvolvida a partir dos principais órgãos de comunicação social no plano nacional.

- As eleições para Presidente da República, ocorridas em Janeiro de 2016, ficam marcadas negativamente pela eleição do candidato do PSD e do CDS, dos grupos económicos e dos grandes interesses, Marcelo Rebelo de Sousa. O resultado obtido pela candidatura de Edgar Silva (3,95% dos votos) – a única que interveio na campanha eleitoral afirmando de forma clara os interesses e direitos dos trabalhadores, a defesa da soberania nacional, o projecto inscrito na Constituição da República e os valores de Abril – ficou aquém do valor do projecto que representa. Tal resultado é inseparável da opção de muitos democratas e patriotas que votaram, na primeira volta, em Sampaio da Nóvoa, antecipando aquilo que apenas se colocaria na segunda volta e afectando assim o resultado da candidatura. No Algarve, a candidatura de Edgar Silva realizou uma intensa campanha de contacto, mobilização e esclarecimento da população, percorreu os principais locais de trabalho, mercados, freguesias e bairros da região, assumindo a exigência de uma outra política para o país, uma política patriótica e de esquerda.
- Os resultados alcançados nas eleições autárquicas de 2017 confirmaram a CDU como a grande força de esquerda no poder local na região do Algarve, com a eleição directa de 103 candidatos (6 vereadores, 31 eleitos nas Assembleias Municipais e 64 nas Assembleias de Freguesia), face a 110, em 2013. A CDU alcançou 19.184 votos (10,62%) em comparação com os 20.919 (11,74%) obtidos em 2013. A CDU reforçou todas as situações de maioria de que dispunha, quer nas Juntas de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe, Silves e São Bartolomeu de Messines, quer na Câmara Municipal de Silves, onde obteve 52,65% dos votos, progredindo de forma significativa em votos e mandatos. Sem prejuízo de perdas verificadas, designadamente de vereadores nas câmaras de Faro, Olhão, Portimão e Lagos, a CDU registou subidas em cinco dos 16 concelhos do Algarve, com destaque para os 18,73% alcançados em Aljezur, elegendo um vereador, e para os 18,79% alcançados em Vila Real de Santo António, elegendo também um vereador, progredindo significativamente neste concelho, aumentando o número de votos e de eleitos. As restantes forças políticas com influência autárquica na região

mantiveram no essencial as suas posições, com o PS a ter a presidência de 10 municípios e o PSD, de 5.

Inseridas na acção mais geral do Partido, estas batalhas eleitorais, com as suas especificidades e características, constituíram-se como grandes campanhas de massas, de contacto, esclarecimento e mobilização dos trabalhadores e das populações para o voto na CDU que, em si mesmo, constitui uma clara afirmação de ruptura e mudança face à política de desastre nacional que tem vindo a ser imposta ao povo português. Foram batalhas eleitorais onde, para além dos comunistas, participaram largas centenas de democratas e patriotas, no quadro da CDU, convergindo com o PCP na luta por um Portugal com futuro.

3 O Partido

3.1 Trabalho de direcção e quadros

A DORAL que agora cessa funções cumpriu no essencial as tarefas para que foi eleita, funcionando com regularidade, definindo os objectivos para o trabalho do Partido na região, de acordo com as orientações dos XIX e XX Congressos, bem como com as resoluções do Comité Central. Conta com 41 membros, dos quais 38 foram eleitos na 8ª Assembleia de Organização Regional, realizada em Novembro de 2014, e três foram cooptados durante este mandato.

A DORAL cessante, para o cumprimento das suas responsabilidades, elegeu o seu Executivo e Secretariado, organismos executivos que, no âmbito das suas atribuições, fizeram o acompanhamento às organizações concelhias e frentes de trabalho, iniciativa política e dinamização da luta, gestão dos fundos, património, quadros e propaganda, não sem dificuldades e lacunas que é necessário vencer, mas com uma resposta que esteve à altura das responsabilidades que lhes estão atribuídas.

O papel do Secretariado da DORAL tem sido de grande importância na definição, planificação e acompanhamento do trabalho político diário do Partido na região, assim como no acompanhamento e gestão dos quadros e no acompanhamento da situação financeira do Partido.

Tem vindo a ser feito um esforço para que o Executivo da DORAL assuma efectivamente a definição, planificação e controlo de execução do trabalho do Partido na região. Não foi, no entanto, possível assegurar a regularidade de trabalho do Executivo da DORAL que as necessidades do Partido impuseram, entretanto.

Apesar das dificuldades e insuficiências do trabalho do Partido na região, o período entre as Assembleias traduziu-se na consolidação da **sua influência e intervenção na região**, inseparável da responsabilização de novos quadros, do recrutamento e integração de novos membros do Partido, da ligação às massas, da articulação e integração do trabalho político institucional com a acção geral do Partido, e do conhecimento e intervenção sobre os problemas específicos da região.

Neste período, a maioria das organizações concelhias – Aljezur, Vila do Bispo, Lagos, Portimão, Lagoa, Silves, Loulé, Albufeira, Faro, Olhão, Tavira, Alcoutim, Castro Marim e

Vila Real de Santo António – realizaram assembleias de organização que, no essencial, se traduziram na responsabilização de mais quadros, no rejuvenescimento de organismos e no alargamento da capacidade de resposta.

O **reforço da organização e da intervenção do Partido** passa pela responsabilização de mais camaradas por tarefas regulares, pelo recrutamento, pelo aumento da estruturação da organização do Partido com a criação e funcionamento de mais organismos de base, pelo reforço da intervenção e organização do Partido nas empresas e nos locais de trabalho.

Mantém-se como característica menos positiva do trabalho do Partido na região o baixo nível de estruturação do Partido, com um número insuficiente de organismos, o que limita a capacidade de envolver mais camaradas na vida do Partido. Os funcionários do Partido, constituindo um importante e decisivo elemento do trabalho partidário, não podem e não devem substituir-se ao funcionamento das respectivas organizações, nem por si só conseguem dar resposta às diferentes tarefas.

A luta ideológica desenvolve-se hoje num quadro muito complexo e exige uma compreensão e preparação ideológica maior, articulada com a acção geral do Partido. São de destacar, neste âmbito, a realização de vários cursos ao nível concelhio e regional, as acções em torno do centenário da Revolução de Outubro, do II Centenário do Nascimento de Karl Marx e a participação em cursos promovidos pela Escola do Partido.

No quadro dos **Centros de Trabalho** do Partido na região registam-se as seguintes questões: assegurou-se um novo CT do PCP em Vila Real de Santo António por um período de 25 anos; foram concluídas as obras e aberto o novo CT do PCP em Olhão; realizaram-se obras de manutenção no CT de Odeceixe e no CT de Silves; problemas novos, decorrentes da alteração na Lei das Rendas, levaram à perda do CT de São Brás de Alportel. Verifica-se ainda a existência de CT do PCP em Aljezur, Lagos, Portimão, Silves, Messines, Albufeira, Quarteira, Santa Bárbara de Nexe e Faro, onde funciona a DORAL.

3.2 Breve balanço da actividade

No período entre Assembleias, com acompanhamento da DORAL, registou-se uma intensa e diversificada actividade do Partido no Algarve, dos seus militantes e

organizações e que, no essencial, respondeu às orientações definidas pelos XIX e XX Congressos e pelo Comité Central do PCP.

Neste período, as organizações do Partido, embora com diferenças, desenvolveram a sua actividade e ligaram-na às preocupações, problemas e aspirações dos trabalhadores e populações do Algarve. São de destacar as seguintes linhas de acção:

- A dinamização das campanhas nacionais lançadas pelo Partido e que tiveram expressão no Algarve por via da distribuição de propaganda e da realização de sessões públicas, encontros, debates, tribunas, visitas e vários comícios, centrados na rejeição do Pacto de Agressão da Troika e na exigência da demissão do Governo PSD/CDS, bem como na luta pela reposição, conquista de direitos – na nova fase da vida política nacional – e que se insere na luta por uma ruptura com a política de direita e na construção de uma alternativa política patriótica e de esquerda;
- As comemorações do aniversário do Partido, da Revolução de Abril e da Revolução de Outubro, que se realizaram em praticamente todos os concelhos da região;
- A realização de iniciativas e acções de carácter regional focadas em problemas concretos e das quais se destacam os seguintes motivos de luta: contra as portagens na Via do Infante; contra o desemprego e a precariedade; em defesa dos sectores produtivos – pescas, agricultura, etc. – e, em particular, da Ria Formosa e da actividade portuária regional; em defesa dos serviços públicos, com iniciativas em torno do Serviço Nacional de Saúde, da Justiça e da Educação; contra as privatizações, designadamente da CIMPOR, da ANA e da PT; em torno dos impactos dos fogos florestais;
- A intensa e regular acção institucional seja por via dos eleitos na Assembleia da República, no Parlamento Europeu ou nas autarquias locais;
- A intervenção nas diferentes batalhas eleitorais: legislativas de 2015, presidenciais de 2016 e autárquicas de 2017;
- As comemorações do centenário da Revolução de Outubro, do II Centenário do nascimento de Karl Marx e do centenário de José Vitoriano, com a realização de perto de uma centena de iniciativas neste âmbito;

- O debate preparatório do XX Congresso do PCP, com o envolvimento de grande parte da organização;
- A dinamização e participação em largas dezenas de acções de massas que se desenvolveram neste período;
- A divulgação, construção, mobilização e funcionamento das várias edições da Festa do Avante!;
- A actividade regular de muitas organizações concelhias, com a realização de convívios, tomadas de posição públicas, debates, visitas e outras iniciativas;
- A dinamização da discussão sobre grandes questões políticas e ideológicas, como a crise do capitalismo e a actualidade do socialismo, a situação internacional, o programa do Partido, as questões do trabalho, da saúde, da educação, da cultura, da segurança social e da justiça.

3.3 Organização e quadro partidário

O **número de membros do Partido**, em Outubro de 2018, é de 1.343, sendo que o mesmo resulta já dos dados decorrentes das cerca de 750 fichas actualizadas até à data, no âmbito da entrega do novo cartão do Partido. É um número inferior ao registado na 8ª Assembleia de Organização Regional e que resulta da actualização de dados, decorrente de falecimentos e transferências que não foram compensados pelos 133 recrutamentos realizados até ao momento. Trata-se de uma organização com uma média etária elevada, onde 537 camaradas (44,8%) têm mais de 65 anos e cuja composição social revela a seguinte distribuição: 19,9% operários; 4,6% operários agrícolas ou pescadores; 45,2% empregados; 7,4% micro e pequenos empresários; 13,3% intelectuais e quadros técnicos; 1% estudantes; 0,9% agricultores; 7,6% outros.

Desde o início de 2015 realizaram-se 139 recrutamentos, número inferior aos recrutamentos realizados entre a 8ª a 9ª Assembleias, mas que continua a revelar as muitas possibilidades de alargamento do Partido. No corrente ano já foram recrutados 30 camaradas. Importa sublinhar que uma parte significativa dos camaradas recrutados se encontra inserida na actividade e organização partidária.

No plano da **estrutura partidária**, existem actualmente 56 organismos do Partido, envolvendo 288 militantes, o que representa um baixo nível de estruturação partidária e

que assenta essencialmente nas suas 15 comissões concelhias e 8 comissões de freguesia na região. Este baixo nível de estruturação, que não está desligado das dificuldades em medidas de responsabilização de novos quadros pelo acompanhamento das organizações do Partido e que permanece há vários anos, é um dos principais obstáculos à integração dos novos membros do Partido na vida da organização e um factor que limita a capacidade de resposta e intervenção partidária.

Como **empresas e locais de trabalho prioritários** para a intervenção do Partido destacam-se, entre outras, os seguintes: Aeroporto de Faro; hospitais de Faro, Portimão e Lagos; câmaras e principais empresas municipais; EVA – transportes; zona comercial da Guia, Mar Shopping e grandes centros comerciais; Grupo Tivoli; casinos do grupo Solverde; CIMPOR e empresas de conservas localizadas em Olhão; Universidade do Algarve; IPSS e outros serviços de maior dimensão. Para além do acompanhamento prioritário a estes locais de trabalho por parte de cada uma das organizações concelhias e dos próprios organismos executivos da DORAL, avançou-se com a constituição de um organismo regional para a coordenação e acompanhamento desta frente, embora com dificuldades no seu funcionamento e acção.

Prosseguiu-se o acompanhamento dos membros do Partido com intervenção no Movimento Sindical Unitário, com o funcionamento de sete organismos de acompanhamento dos vários sectores.

Em curso está também a **acção de contacto com 5000 trabalhadores**, iniciativa de âmbito nacional que visa o reforço da intervenção do Partido junto da classe operária e de todos os trabalhadores. No Algarve, está fixado o objectivo de promover o contacto com pelo menos 250 trabalhadores. Até ao momento, dos cerca de 190 trabalhadores que estão identificados, foram já realizados mais de 100 contactos, dos quais resultaram, entre outros aspectos, até ao momento, 16 recrutamentos. O desenvolvimento desta acção até ao fim constitui uma linha de trabalho essencial para o Partido no Algarve.

No período entre Assembleias aprofundou-se o trabalho de organização dos membros do Partido que são **reformados**, com o reforço do trabalho concretizado em Faro e cuja célula realizou a sua 3ª Assembleia. Não se consolidaram os passos que precisavam de ter sido dados para o desenvolvimento das células de reformados nos concelhos de Vila Real de Santo António, Olhão e Silves, já identificados como prioridade. Trata-se de uma linha de trabalho fundamental, seja pelos problemas específicos dos reformados e pela necessidade do Partido de intervir junto desta camada, seja pelo elevado número de

membros do Partido nesta faixa etária e pela importância da sua integração, tendo em conta a elevação da sua militância e as necessidades do Partido.

Por razões já sumariamente referenciadas, o número de **organizações de base** na Organização Regional do Algarve é muito reduzido, fixando-se em cerca de 20. Entretanto, as tarefas desenvolvidas, designadamente no âmbito das eleições autárquicas, revelam imensas potencialidades para desenvolver a organização do Partido na base, alargando a capacidade de intervenção e a inserção de camaradas na vida do Partido.

Neste período registaram-se alguns progressos no plano da responsabilização de quadros por diversas tarefas, sendo que muitos deles integram hoje vários organismos, incluindo a Direcção Regional e assumem tarefas muito diversas, incluindo de acompanhamento de organizações do Partido.

A imprensa do Partido – com o *Avante!* e *O Militante* – assume um papel fundamental na formação política e ideológica, no acompanhamento da realidade do país, do mundo e da iniciativa partidária, na afirmação da alternativa política e do projecto e ideal comunistas. O número de jornais *Avante!* vendidos na região está fixado nos 280 por semana, com experiências diversas de venda em mercados, locais de trabalho e outros locais, assim como de venda das edições especiais do *Avante!* em que, por diversas vezes, se duplicou o número de jornais vendidos junto das populações. Vendem-se actualmente cerca de 130 revistas *O Militante*. Registam-se avanços na abertura de novos Apoios de Divulgação Editorial (ADE) em vários concelhos e localidades da região, bem como para empresas e camaradas com tarefas no plano sindical.

O trabalho junto da **juventude** e o apoio ao desenvolvimento das tarefas da **JCP** é uma tarefa de todo o Partido. No Algarve, com uma importante composição de social de jovens, continuam a manifestar-se dificuldades no desenvolvimento desta frente de trabalho que importa corrigir. No plano do Partido, impõem-se a responsabilização de quadros mais jovens e uma iniciativa política que vá ao encontro das expectativas e aspirações da juventude. No plano da JCP, deve apoiar-se o desenvolvimento do trabalho desta organização, no respeito da sua autonomia e da orientação geral do Partido.

A **JCP** tem feito na região um esforço com vista a manter uma actividade regular. Realiza anualmente concursos de bandas para o Palco dos Novos Valores da Festa do Avante!; participa no funcionamento do pavilhão do Algarve, na Festa do Avante!; promove a realização de excursões para a Festa do Avante!; participa nas campanhas para as

eleições nacionais e locais; edita e distribui a sua própria propaganda sobre problemas concretos nos locais de trabalho e sobre as questões do Ensino Básico, Secundário e Superior; realiza debates e convívios; participa nas várias iniciativas do PCP a nível regional.

3.4 Iniciativa política, acção partidária e ligação às massas

Neste período, o Partido desenvolveu a sua **acção política, aprofundou a sua ligação às massas e consolidou a sua influência**. Entre outros foram decisivos os seguintes aspectos:

- A intervenção suscitada pela luta dos trabalhadores e das populações para a derrota do Governo PSD/CDS, pela reposição e conquista de direitos que a nova fase na vida política nacional possibilitou, pela ruptura com a política de direita e por uma política patriótica e de esquerda. Uma intervenção que colocou a necessidade de o Partido conhecer mais e melhor os problemas dos trabalhadores, envolver-se na dinamização de movimentações de massas, reforçando o seu prestígio e influência;
- As exigências colocadas pelas últimas eleições autárquicas, o trabalho de alargamento das listas, o estilo de campanha realizado e os resultados obtidos;
- A **articulação entre a intervenção institucional e a acção geral do Partido** expressa em 266 visitas, reuniões e contactos entre Outubro de 2015 e Junho de 2018, envolveu o deputado do PCP eleito pelo Algarve, para além da apresentação na Assembleia da República de 30 Projectos de Resolução e 301 perguntas ao Governo. Tal orientação permite uma estreita ligação aos problemas da região e uma qualificada intervenção política que tem vindo a ser progressivamente reconhecida, assim como toda a acção dos eleitos da CDU no poder local;
- A crescente atenção das organizações do Partido ao meio em que estão inseridas e alguns passos dados que precisam de ser ainda maiores, na assunção por parte de cada organização da necessidade de ligar ainda mais o Partido – na sua acção, na discussão e composição dos organismos e nas prioridades – às massas e à vida.

3.5 Informação e Propaganda

A propaganda do Partido assume um papel importante na difusão da mensagem do Partido, como meio de contacto com os trabalhadores e a população, como instrumento da difícil luta ideológica que tem de travar.

As condições criadas na Direcção Regional do Algarve no plano da propaganda permitem uma resposta rápida na denúncia de problemas e tomada de posições em todos os concelhos, com uma boa divulgação das posições do Partido sobre questões locais.

As tarefas de informação e propaganda mantiveram-se no essencial a um bom nível no plano da região, com a maioria das organizações do Partido a assumirem um contacto regular com os trabalhadores e as populações, com a presença de rua do Partido e com a informação junto dos órgãos de comunicação social regionais.

Importa sublinhar a necessidade de dar continuidade e melhorar as tarefas relacionadas com: propaganda visual com a presença regular de rua por via de MUPIs, *outdoors* e outro tipo de cartazes (cuja rede foi reforçada nestes anos), assim como de faixas e murais, seja com propaganda nacional, seja com questões de natureza local ou regional; a propaganda escrita com o desenvolvimento das campanhas nacionais, com a saída de boletins e comunicados concelhios, de freguesia, de sector ou de célula, bem como com comunicados sobre os mais diversos temas e de resposta ou proposta a questões de âmbito regional e local, e de mobilização dos trabalhadores e do povo para as lutas desenvolvidas; as acções de agitação, com a realização regular de iniciativas de rua, como as tribunas públicas, desfiles e outras acções; a propaganda sonora com a utilização eficaz de carros de som em função dos objectivos; o desenvolvimento dos meios electrónicos, seja do sítio do Partido na internet, seja através da utilização do correio electrónico para a divulgação de iniciativas e propostas, seja das redes sociais (avançou a criação de uma página da DORAL no Facebook, a par de outras já existentes); o contacto com os órgãos de comunicação social regionais, lutando contra o silenciamento e intensificando a saída de notas e posições políticas.

Torna-se ainda importante realizar reuniões regionais para a Informação e Propaganda como forma de trocar experiências, simplificar processos, adquirir e gerir material e estimular o envolvimento das organizações.

3.6 Meios financeiros e património

A situação financeira do Partido no Algarve, apesar de melhorias e avanços, ainda não corresponde ao necessário e possível para assegurar a sua autonomia e capacitar a Organização Regional de mais meios para aumentar a sua intervenção política.

Sendo que esta é uma discussão presente nas organizações, verificam-se dificuldades em implementar as orientações e linhas de trabalho existentes. Uma das dificuldades sentidas é o necessário aumento do número de camaradas que pagam quotas; os balanços anuais indicam que se continua com cerca de 40% de militantes a pagar quotas regularmente, um valor inequivocamente baixo.

As Organizações Concelhias têm conseguido cumprir as transferências mensais para a Caixa Regional, apesar de se verificarem dificuldades e atrasos.

As contribuições dos eleitos, decorrentes dos resultados autárquicos, têm sido uma importante receita para as organizações, que importa não descurar e manter, assegurando que os eleitos cumprem o princípio de não serem beneficiados nem prejudicados. Também segundo este princípio, tem-se verificado, na indicação para as mesas de voto, um maior cuidado na selecção de camaradas e amigos que cumpram com a devolução do valor da senha de presença.

A realização de iniciativas e dinamização dos Centros de Trabalho são uma importante fonte de receita, havendo a necessidade de continuar a desenvolver esta orientação e alargando-a a outras organizações.

As campanhas de fundos têm sido regulares e com resultados desiguais. A campanha de fundos para aquisição da Quinta do Cabo, que permitiu alargar a Festa do Avante!, foi um grande êxito na região ultrapassando largamente as metas traçadas — o sucesso deve-se ao facto de ter sido uma campanha com um grau superior de preparação e acompanhamento pelas diversas organizações e no contacto muito alargado a camaradas e amigos da Festa. Essa preparação e alargamento de contactos não se tem repetido noutras campanhas, pelo que muitas organizações não têm atingido os objectivos previamente definidos.

Tem sido uma preocupação da Direcção Regional o regular acompanhamento das questões dos fundos, com a realização de reuniões regionais, a prestação de informação e apoio ao desenvolvimento da tarefa. Valorizando esta importante tarefa do Partido, é

preciso continuar a tomar medidas de reforço financeiro, de discussão nas organizações, agilizando informação e documentos e sobretudo responsabilizando mais camaradas.

Quanto ao património, importa salientar o acompanhamento permanente do estado de conservação e funcionamento dos Centros de Trabalho do Partido, assim como dos problemas causados pela “Lei dos Despejos” e o conseqüente aumento de rendas. Neste período de quatro anos, entre Assembleias de Organização, foram inaugurados dois novos CT, em Vila Real de Santo António e Olhão.

3.7 Festa do Avante!

A Festa do Avante!, principal realização político-cultural do Portugal de Abril, expressão concreta do Partido que somos, é concebida e construída para receber os comunistas, os seus amigos e aliados e ainda todos os milhares de visitantes. Não tendo habitualmente outro contacto com o PCP, esses visitantes têm nesses dias uma oportunidade de conhecer o Partido, as suas propostas e constatar a sua capacidade de realização em paralelo com a participação na diversidade de espectáculos, exposições e da oferta cultural proveniente das várias regiões do país e do mundo, neste caso, trazida pelas delegações estrangeiras que se fazem representar com pavilhões no Espaço Internacional.

Várias melhorias têm vindo a registar-se no funcionamento da Festa e no acolhimento dos visitantes, com visibilidade acrescida desde 2016, com o alargamento da Festa para a Quinta do Cabo, na sequência de uma campanha de fundos que mobilizou profundamente a organização.

O Pavilhão do Algarve que, desde essa ampliação, tem vindo a localizar-se no novo terreno, pretendeu também acompanhar estas melhorias. Constatam-se anualmente avanços no funcionamento (com o empenho da organização e com áreas de serviço mais eficientes) e no acolhimento dos visitantes (com uma mais equilibrada distribuição dos espaços que é também favorecida pela ampliação da zona de esplanada e sombra). Contribuem também decisivamente os esforços desenvolvidos nas soluções decorativas e a exposição política.

A necessidade de, a cada ano, se anteciparem nas organizações as várias tarefas relacionadas com a divulgação, construção, mobilização e funcionamento da Festa, assumem uma maior centralidade como forma de combater o silenciamento do Partido e da Festa e da sua actividade na comunicação social. As exigentes tarefas a que as

organizações têm de dar resposta (intervenção e reforço do Partido, actividade política, processos eleitorais...), devem ser articuladas com a preparação da Festa, potenciando a venda militante e antecipada da EP, a organização de excursões, o envolvimento de mais camaradas e amigos na sua construção e funcionamento. O desenvolvimento de acções de divulgação, promovendo a Festa e o seu vasto programa, em particular durante o Verão, com a distribuição do *Jornal dos Artistas*, a realização de bancas de rua e outras iniciativas, tais como a promoção da vertente desportiva da Festa (Torneio Futsal, Cicloturismo ou a corrida da Festa), é uma forma de envolver amigos e fazer a Festa chegar a novos públicos.

3.8 Principais tarefas e objectivos orgânicos a desenvolver

Na situação actual, **a luta pela ruptura com a política de direita e por uma política patriótica e de esquerda** constitui o objectivo central da acção dos comunistas que se interliga com as diferentes tarefas imediatas e com os objectivos programáticos do Partido de construção de uma democracia avançada, do socialismo e do comunismo.

Neste quadro, terá particular importância o desenvolvimento de uma acção integrada que envolva:

- **O reforço orgânico do Partido**, na sua estrutura, na formação ideológica dos seus quadros, na recolha de fundos, na elevação da militância partidária, na prioridade dada à sua intervenção junto da classe operária e dos trabalhadores. Reforço que, exigindo o desenvolvimento de diferentes tarefas, tem na entrega do novo cartão do Partido e na acção dos 5000 contactos, uma prioridade que importa desenvolver;
- **A intensificação da luta e o reforço das organizações e movimentos de massas**, em particular do Movimento Sindical Unitário. Luta que deverá ter em conta os problemas e a ofensiva contra os trabalhadores e a necessária acção reivindicativa, bem como os problemas que estão colocados aos serviços públicos, à defesa do aparelho produtivo, às questões da mobilidade, transportes e portagens, à defesa da cultura e do meio ambiente, à luta pela paz, aos movimentos de reformados e organizações de mulheres;
- **O desenvolvimento da iniciativa política do Partido** em diferentes planos de que se salientam: as comemorações do aniversário do Partido; a realização das várias

edições da Festa do Avante!; a programação semanal de visitas, encontros e contactos envolvendo as organizações locais e eleitos do PCP na Assembleia da República e no Parlamento Europeu; a tomada de posições públicas sobre problemas concretos por parte do Partido; a acção dos eleitos locais da CDU em defesa dos interesses das populações, ouvindo as populações, prestando contas e afirmando as nossas propostas; a realização de sessões, debates, tribunas públicas, comícios e outras iniciativas de afirmação das propostas e do projecto dos comunistas;

- O **aumento da intervenção política junto dos trabalhadores e das populações**, conhecendo e intervindo de forma cada vez mais profunda sobre a realidade das freguesias, dos concelhos, dos sectores, dos locais de trabalho e dos serviços públicos da região. Este trabalho deverá ser articulado com a potenciação da luta de massas e a presença institucional na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, nas Câmaras e Assembleias Municipais, nas Juntas e Assembleias de Freguesia;
- O desenvolvimento do **trabalho político unitário** com o estímulo e apoio à intervenção organizada dos membros Partido no quadro das diferentes organizações de massas, trabalhando para o seu reforço; o desenvolvimento dos contactos com muitos homens e mulheres que têm feito parte das listas ou são apoiantes da CDU; a diversificação de contactos e o acompanhamento a muitos democratas e patriotas, procurando convergir em defesa da ruptura com a política de direita; a dinamização das comemorações do 45º aniversário do 25 de Abril, que terão lugar no próximo ano;
- A participação e mobilização dos trabalhadores e das populações para o voto na CDU nas próximas **eleições para o Parlamento Europeu e eleições legislativas**, construindo uma campanha eleitoral de massas e identificando o voto na CDU como a forma mais firme de fazer avançar os direitos e rendimentos dos trabalhadores e do povo e abrir caminho a uma política patriótica e de esquerda para o país identificada com os valores de Abril.

Enumeram-se a seguir os principais objectivos orgânicos:

Recrutamento, responsabilização de quadros, elevação da militância partidária:

- Concretizar a acção dos 5000 contactos e a entrega do novo cartão do Partido, tomando as medidas necessárias para que se cumpra integralmente a tarefa até ao final do ano;
- Intensificar o recrutamento e a integração de novos membros no Partido;
- Intensificar as medidas de responsabilização de quadros a todos os níveis da organização partidária, tendo como objectivo a **responsabilização de 50 camaradas ao longo do ano.**

Estruturação, organização e direcção:

- A continuação da realização de assembleias de organização de base, dando continuidade àquelas que se realizaram no âmbito da **9ª Assembleia de Organização Regional**;
- O prosseguimento das tarefas de estruturação partidária, com prioridade para o funcionamento das actuais e a criação de **células e de organismos voltados para as empresas e locais de trabalho**, assumindo as seguintes prioridades: Aeroporto de Faro; câmaras e principais empresas municipais; sector da hotelaria; grandes superfícies no sector do comércio; Mar Shopping; hospitais de Faro, Lagos e Portimão; escolas e Universidade do Algarve; sector das pescas; EVA transportes; CP; Portugal Telecom em Faro;
- A consolidação e desenvolvimento do organismo regional de coordenação e acompanhamento do trabalho dirigido para as principais empresas e locais de trabalho da região;
- A intensificação da estruturação e organização do Partido junto dos **reformados**, consolidando as organizações e experiências já existentes – Faro – e avançando noutros concelhos com medidas que envolvam a criação de células de reformados, com vista a uma maior intervenção política junto desta camada social.

Recolha de fundos, equilíbrio financeiro e património do Partido:

- O **aumento da recolha financeira** por via: da elevação do número de membros do Partido a pagar a sua quotização, da recuperação de quotizações em atraso e da elevação do valor pago por cada militante, com medidas que ajudem ao controlo de

execução dos objectivos propostos; das iniciativas de recolha de fundos e da própria Festa do Avante!, tendo como prioridade o alargamento do número de EP's vendidas e o desenvolvimento das campanhas de fundos da contribuição dos eleitos nas autarquias locais e dos membros do Partido indicados para as mesas de voto. Igualmente importante é uma política de gestão correcta do património do Partido e de redução de despesas, de modo a canalizar recursos para a iniciativa política;

- A manutenção, valorização, rentabilização e dinamização dos **Centros de Trabalho do PCP no Algarve**, a par do acompanhamento das questões suscitadas pelas alterações na legislação das rendas, procurando soluções comportáveis com as possibilidades financeiras do Partido.

Formação ideológica, propaganda e imprensa do Partido:

- Desenvolver iniciativas que aprofundem a **formação ideológica** dos membros do Partido, dando evidência de múltiplas formas ao 45º aniversário da Revolução de Abril; ao Programa e Estatutos do Partido; à história do Partido; às classes e luta de classes. Privilegiar os cursos na Escola do Partido e articular no plano regional cursos/acções de formação que agrupem concelhos em três áreas: Barlavento; Central (Faro, Albufeira, Loulé, São Brás de Alportel e Olhão); e Sotavento (Baixo Guadiana e Tavira);
- Manter e desenvolver linhas de **propaganda e agitação do Partido** em formatos muito diversos; manter e desenvolver o sítio da DORAL na Internet e outras comunicações electrónicas;
- Avaliar o conjunto de meios de propaganda existente na organização – estruturas MUPI, aparelhagens de som, meios informáticos, etc. – e inventariar necessidades visando aquisições e reparações;
- O reforço do papel da **imprensa partidária** – jornal *Avante!* e a revista *O Militante* – tendo como objectivo, designadamente, ultrapassar os 300 jornais *Avante!* semanais, vendidos por via orgânica. Prosseguir e desenvolver ainda, com experiências diversas, as vendas mensais em locais públicos, assim como as acções de vendas extraordinárias do *Avante!*.

Questões diversas:

- Medidas de apoio ao desenvolvimento da intervenção do Partido junto da juventude, designadamente com medidas de **apoio à JCP**;
- O **acompanhamento do conjunto dos eleitos nas autarquias locais** – mais de 110 –, criando as condições para o funcionamento dos organismos que assumem esta tarefa, articulando-a com a intervenção mais geral do Partido na região e no país. Considera-se importante a realização de um encontro regional de eleitos no próximo semestre;
- Medidas que reforcem a **intervenção do Partido junto de camadas intermédias** como os pequenos e médios empresários, designadamente por via da redinamização de colectivos concelhios e de um organismo regional, bem como junto dos intelectuais e sectores ligados à cultura, articulando a intervenção do Partido com o trabalho unitário.

4 Aos trabalhadores e populações do Algarve

A 9ª Assembleia da Organização Regional do Algarve do PCP expressa aos trabalhadores da região, às populações e aos que mais sofrem com a política de direita o seu firme compromisso de defesa dos interesses dos trabalhadores e populações do Algarve.

Afirmamos que é possível uma outra política, que o Algarve não tem de estar condenado à exploração dos seus trabalhadores e das suas imensas riquezas pelos grupos económicos e financeiros, à precariedade, ao desemprego e baixos salários, à falta de resposta dos serviços públicos, à destruição das condições de vida de milhares de algarvios, à recessão e definhamento económicos.

Realizamos a nossa Assembleia Regional com a força, a determinação e a confiança de que vale a pena lutar. De que é nos trabalhadores, no povo e na sua luta que reside a força transformadora da sociedade e que, a seu lado, continuarão a ter o PCP, partido cuja natureza de classe, ideologia, objectivos, funcionamento e ligação às massas é inseparável da sua identidade comunista.

Ligar mais o Partido à realidade, estruturar e organizar melhor o Partido, é o objectivo fundamental que a 9ª AORAL propõe à organização, como condição para uma intervenção transformadora da realidade.